

Eduardo Luiz Formagi

**RIO ABAIXO, UM SALTO GRANDE:  
A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS DE IDENTIFICAÇÃO EM  
ITUPORANGA (SC)**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de bacharel em Ciências Sociais  
Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da  
UFSC.

Formagi, Eduardo Luiz Rio Abaixo, um Salto Grande : A construção de discursos de identificação em Ituporanga (SC) / Eduardo Luiz Formagi ; orientador, Ernesto Seidl - Florianópolis, SC, 2016. 77 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. história/memória. 3. identidade. 4. Ituporanga (SC). I. Seidl, Ernesto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Eduardo Luiz Formagi

**RIO ABAIXO, UM SALTO GRANDE: A CONSTRUÇÃO DE  
DISCURSOS DE IDENTIFICAÇÃO EM ITUPORANGA (SC)**

Este trabalho de conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção do Título de bacharel em ciências sociais, e aprovado em sua forma final pelo curso de graduação em ciências sociais.

Florianópolis, 29 de Fevereiro de 2016

---

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Dr.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Ernesto Seidl, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Letícia Borges Nedel, Dr.<sup>a</sup>  
Membro da banca  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Alexandre Bergamo Idargo, Dr.  
Membro da banca  
Universidade Federal de Santa Catarina



Este trabalho é dedicado a todos aqueles  
que, dia a dia, construíram a Ituporanga de  
hoje.



## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a minha família pelo recebido durante toda a graduação, e pela paciência durante todo o andamento desta pesquisa.

A Amábili Danieli Back, minha namorada, por respeitar as minhas decisões e apoiar as minhas escolhas, além de me ceder por incontáveis horas para esta pesquisa.

Ao meu grande amigo, atual colega de graduação e futuro de mestrado, Gustavo Hildebrand Schmitt. Suas sugestões, desde o começo, foram valiosíssimas.

Ao professor Ernesto Seidl, pela orientação paciente. Suas sugestões sempre se mostraram proveitosas, e, pouco a pouco, a sua ajuda me tornou um pesquisador muito melhor.

A todos os entrevistados, por me receberem e reservarem um tempo para me ajudar. Aracy dos Santos, Arnoldo Hoepers, Édio Carlos Machado, Ingelore Porthum, Ingo Strube, João Nicolau Sens, José Fernando Sens, José Gervásio Maciel, Nelson Sens, Nilo Evaldo Ludwig, Orlando Adilson Turnes e Valmor Holetz, muito obrigado a todos vocês.

As professoras Letícia Borges Nedel e Maria Ignez Silveira Paulilo, pelas sugestões dadas na qualificação do projeto de pesquisa.





## RESUMO

Esta pesquisa procurou analisar o processo de construção de discursos de identificação em Ituporanga (SC). Esses discursos aparecem, principalmente, de quatro maneiras: a narrativa sobre a origem de Ituporanga, a divisão territorial entre católicos e luteranos, a afirmação da etnicidade alemã e a associação entre o município e a cebola. Para isso, foram usados dois procedimentos: entrevistas semi-estruturadas e pesquisa documental. As principais categorias de análise que apareceram na pesquisa são identificação, categorização, discurso, história, memória, etnicidade e tradição. Através destes referenciais, mostramos como o passado da cidade é construído, seja através de materiais impressos ou da narrativa de ituporangueses. Articulando, então, uma sociologia com elementos de história, buscamos compreender qual a Ituporanga que os ituporangueses querem construir, levando em consideração a posição dos que falam sobre a cidade.

**Palavras-chave:** identificação, categorização, memória, história, Ituporanga (SC), discurso.



## ABSTRACT

This research analyzes the process of constructing identity discourses in Ituporanga (SC). These discourses appear primarily in four ways: The narrative about the origin of Ituporanga, the territorial division between Catholics and Lutherans, the German ethnicity of the statement and the association between the municipality and the onion. For this, we used two procedures: semi-structured interviews and documentary research. The main categories of analysis that appear in this research are identification, categorization, speech, history, memory, ethnicity and tradition. Through these references, we show how the past of the city is built, either through printed materials or narrative of the natives. Articulating then a sociology with tones of history, we seek to understand which Ituporanga that ituporangenses want to build, taking into account the position of speaking about the city.

**Keywords:** identification, categorization, memory, history, Ituporanga (SC), discourse.



## Sumário

<b>1.Introdução.....</b>	<b>15</b>
1.1A Pesquisa.....	15
1.2Apresentando Ituporanga.....	17
1.3Procedimentos de pesquisa.....	19
<b>2.Pressupostos teóricos.....</b>	<b>23</b>
2.1História e memória, formas de discurso.....	23
2.2Teorias da identidade.....	26
<b>3.A história e seus intérpretes.....</b>	<b>31</b>
3.1Os autores.....	31
3.2O suporte material por trás da narrativa.....	32
3.3O suporte simbólico da história de Ituporanga.....	34
3.4Os limites de Ituporanga.....	42
3.5As demais versões sobre a história.....	43
<b>4.Narrativas sobre o passado e um olhar para o futuro.....</b>	<b>46</b>
4.1Duas freguesias, duas categorias.....	46
4.2Etnicidade em Salto Grande.....	49
4.3De olho no campo: a Capital da Cebola.....	61
<b>5.Considerações finais.....</b>	<b>71</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>75</b>
<b>Entrevistas.....</b>	<b>76</b>



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 A PESQUISA

O projeto de pesquisa que originou esta pesquisa começou a se desenhar em 2014, durante a disciplina “Métodos e Técnicas de Pesquisa I”, ministrada pelo professor Ernesto Seidl. De lá para cá, a problemática, o objeto, e até mesmo o tema da pesquisa sofreram modificações substanciais, até chegar aos termos finais. A única coisa clara para nós, desde o começo da pesquisa, é que ela iria envolver, de alguma maneira, a cidade de Ituporanga (SC), no qual residimos por muitos anos. Porém, só mais tarde ficou claro para nós que Ituporanga não seria o lugar onde faríamos o trabalho de campo, mas que tomaríamos a própria cidade como tema da pesquisa. Uma categoria de análise que esteve desde o começo em vista foi “identidade”. Após um longo processo, definimos como objeto de pesquisa os discursos de identificação em Ituporanga.

Esta pesquisa visa analisar o processo de construção de discursos de identificação na cidade de Ituporanga. Estes podem ser divididos em três tipos, de acordo com quem e o que identificam. Primeiro, há os discursos que falam sobre a própria cidade, como textos sobre a “história da cidade”, ou o principal rótulo atribuído ao local, “capital da cebola”. Um pressuposto fundamental desta pesquisa é considerar que estes discursos são indissociáveis de processos de identificação. Neste caso, os discursos identificam “Ituporanga”. Aqui estamos tratando da cidade em sua existência simbólica, abstrata. Tal qual Benedict Anderson (2008) analisa a construção simbólica dos modernos estados-nação, analisaremos a construção simbólica da “comunidade imaginada” Ituporanga, através destes discursos.

Além destes discursos, temos os discursos que identificam o “ituporanguense”. Estes, porém, não serão muito discutidos, por serem sempre muito genéricos.

Discutiremos também discursos que identificam os ituporanguenses com relação a categorias étnicas e religiosas, ainda que tais categorias nem sempre sejam relacionadas explicitamente a “comunidade imaginada” Ituporanga.

Definir um objeto de pesquisa intimamente relacionado com algo tão próximo ao pesquisador é algo que deve ser problematizado. Há diferentes formas de conceber a relação entre o pesquisador e o objeto, nas ciências sociais. Esta pesquisa adotou os pressupostos defendidos por Max Weber (2004), de que o sociólogo não deve impor convicções pessoais na sua pesquisa. Para isso, procurou-se adotar a postura que Louis Pinto (1996) chama de “ruptura objetivante”:

... a objetivação sociológica, possui uma dupla dimensão: a desconfiança em relação a experiência; e o fato de levar em consideração essa mesma experiência. Limitar-se a primeira dimensão conduziria ao “objetivismo”, isto é, a exclusão das significações vividas em nome de uma representação do conhecimento científico que leva a tratá-las como se fossem resíduos inessenciais e ininterpretáveis. Pretender ter acesso direto a segunda dimensão conduziria, na melhor das hipóteses, a uma espécie de explicitação do vivido desprovida dos princípios suscetíveis de lhe fornecerem um fundamento. (PINTO, 1996, p.14)

Quer dizer, usamos conhecimento que temos com relação à cidade, mas, para concretizar a “objetivação sociológica”, questionamos pré-noções nossas a respeito da mesma, e dos alvos da pesquisa de campo. A experiência na cidade, aliada com a residência em Ituporanga, se mostrou muito útil durante a realização da pesquisa de campo. Entre as facilidades proporcionadas por estas questões, estão o estabelecimento de contato com os entrevistados, bem como a disponibilidade para realizar as entrevistas no horário que os beneficiasse. Além disso, alguns materiais de pesquisa documental só puderam ser encontrados devido aos fatores citados.



Para concretizar estes objetivos, o texto, além da introdução e das considerações finais, será dividido em três capítulos. No primeiro, “Pressupostos teóricos”, discutimos e definimos quais as principais categorias de análise que utilizamos, e qual a perspectiva adotada sobre eles. Neste capítulo tratamos, principalmente, de história/memória, discurso e o que chamaremos de teorias da identidade, ou seja, teorias que lidam com a identidade enquanto fenômeno social, ainda que não utilizem o próprio termo “identidade”.

O segundo capítulo entrará em um objeto voltado a história da cidade, a análise da história hegemônica de Ituporanga. “A história hegemônica e seus intérpretes” se preocupará, além de compreender os elementos simbólicos e referenciais que perpassam o que é dito sobre a história da cidade, em aspectos materiais da constituição da obra. É importante lembrar que a separação entre elementos simbólicos e elementos materiais não é clara, e que ambos, enquanto categorias de análise, são complementares. Com aspectos materiais me refiro a questões que envolvem o processo de constituição do texto que conta a história, porque este autor escreveu, e não outro, as condições econômicas e políticas sob as quais ele escreveu, como ocorreu a impressão e a divulgação, etc.

Já o terceiro capítulo, “Narrativas sobre passado, e um olhar para o futuro”, pretende analisar os discursos de identificação nos primeiros cinquenta anos da cidade. Neste capítulo, analisamos, em primeiro lugar, questões referentes a processos de identificação relativa a categorias étnicas e religiosas na cidade. Depois, nos concentramos em analisar o processo de implantação da cebola como principal produto agrícola da cidade, e, ainda mais importante, da divulgação e consolidação do título de “capital da cebola”.

## 1.2 APRESENTANDO ITUPORANGA

Ituporanga é um município de Santa Catarina, localizado na mesorregião do Vale do Itajaí. É “cortada” pelo Rio Itajaí do Sul, um dos dois rios que formam o Rio Itajaí-Açu, que dá nome a região, na cidade de Rio do Sul.

A cidade, que teve sua “colonização” iniciada oficialmente em 1912. Portanto, neste sentido, conta com pouco mais de cem anos de história. Nos primeiros anos, o local foi conhecido como “Rio Abaixo do Itajahy”, segundo Sens (2012). Posteriormente, o nome “Salto Grande” se tornou popular, e era justificado pela existência de uma queda do Rio Itajaí do Sul nas proximidades da vila. Inicialmente, pertencia ao município de Palhoça. Porém, houve certa discussão com o município de Blumenau, que reivindicava parte do território. Salto Grande, então, estava próxima do limite entre os dois municípios.

Em 1922, foi criado o município de Bom Retiro, e Salto Grande era parte de seu território. Em 1924, foi criado um distrito no local, que passou a ser chamado de “Generosópolis”, em suposta homenagem ao presidente do diretório catarinense do Partido Republicano. Segundo Sens (2012) e Nelson Sens, a denominação era “apenas” oficial, e, informalmente, o distrito era chamado de Salto Grande. Em 1943, o distrito passou a se chamar “Ituporanga”. A palavra deriva do tupi-guarani, e equivale a “bela queda de água”, uma alusão ao antigo nome, Salto Grande. É fundamental lembrar, porém, que esta “homenagem” aos indígenas (que ocupavam o território muito antes dos colonos, e travaram vários embates sangrentos com os colonos, até a segunda década do século XX) não partiu de lideranças do próprio local. Segundo Nelson Sens, ainda criança na época da mudança, o nome “veio de cima”, numa alusão a um poder político mais amplo, provavelmente o governo do estado de Santa Catarina. A questão do combate entre colonos e indígenas será tratada mais adiante. A vila se tornou município em 1949, quando foi emancipada do município de Bom Retiro. É importante notar que, durante o texto, quando nos referirmos a Salto Grande ou Ituporanga, estaremos falando da mesma localidade.

Assim como Palhoça e Bom Retiro, Ituporanga também teve seu território inicial fragmentado pela emancipação de novos municípios. Petrolândia, Imbuia, Atalanta e Chapadão do Lageado. Por este motivo, é difícil considerar estatísticas antigas sobre a história de Ituporanga. Até mesmo dados sobre a população só podem ser considerados a partir dos anos 2000 (Chapadão do Lageado foi emancipada no final dos anos 1990).

A cidade contava, em 2010<sup>1</sup>, com 22.250 habitantes, distribuídos em 336,93 km<sup>2</sup>. Este número a deixa fora até das 50 maiores cidades de Santa Catarina. Apesar de ser uma cidade com população pequena, Ituporanga é cercada de seus ex-distritos, que tem, sem exceção, populações bastante menores.

Destes, 17.767<sup>2</sup> eram adeptos do catolicismo. A população rural, em termos relativos, era de 33%<sup>3</sup>, significativamente maior do que a média de Santa Catarina, 19%<sup>4</sup>, e mais do dobro que a do país, 15%<sup>5</sup>.

### 1.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa de campo foi composta por dois procedimentos principais. Entrevistas e interações diretas e pesquisa documental. Com as entrevistas, os objetivos eram analisar alguns detalhes que dificilmente apareceriam na palavra escrita, como os sentidos da etnicidade, quem é entendido como ituporanguense, quem se interessa por Ituporanga. Imaginou-se que, para alcançar estas respostas, perguntas diretas não seriam eficazes. Portanto, optou-se por trabalhar com entrevistas semi-estruturadas, nos quais o pesquisador apenas “indica”, por assim dizer, os rumos da conversa, deixando o entrevistado falar livremente sobre a sua vida, pois nas entrelinhas destas palavras, poderíamos obter material sobre questões de identificação com algum coletivo.

O critério para a escolha dos entrevistados não foi dos mais simples. Houve três critérios: pessoas que vivem há muitos anos na cidade, muitas vezes membros de famílias supostamente “tradicionalistas”; pessoas que têm algum envolvimento com alguma produção escrita na cidade, e sobre ela; por último, atores com atuação

---

<sup>1</sup>Fonte: IBGE, disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420850&idtema=1&search=santa-catarina|ituporanga|censo-demografico-2010:-sinopse->, acessado em 07/10/2015.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem.

destacada no cenário político de Ituporanga. O número final foi de 13 entrevistas, realizadas entre abril e dezembro de 2015. Alguns entrevistados tinham uma boa disponibilidade de tempo, por serem mais velhos, e não possuírem mais emprego. Mas mesmo os muito ocupados, como Gervásio Maciel, Édio Machado e Valmor Holetz, se mostraram muito interessados em contribuir para a pesquisa. O local da realização foi deixado a critério do entrevistado. Alguns preferiam fazê-la em seus locais de trabalho. Outros, porém, nos convidaram a fazer a entrevista em suas próprias residências. A única entrevista que não foi feita em Ituporanga foi a de João Sens. Ela foi realizada no apartamento no qual ele reside, no município de Balneário Camboriú (SC). Utilizamos de duas sugestões de Beaud & Weber (2007), de nos apresentarmos como estudantes e de afirmar que estávamos interessados na história da cidade. Isso, pelo que pude perceber, tornou os entrevistados muito mais receptivos. É claro, algumas pessoas se interessaram mais do que outras, e isso se refletiu na duração das entrevistas. Elas variaram desde entrevistas bastante curtas, com cerca de trinta minutos (como a Arnoldo Hoepers e João Sens, por exemplo), até gravações de quase três horas (como a de Nilo Ludwig e Valmor Holetz). Porém, a duração da entrevista não reflete, necessariamente, o quanto ela contribuiu com a pesquisa. A entrevista de João Sens, de 34 minutos, por exemplo, foi muito importante para tratar de questões bastante específicas, como o uso dos dialetos alemães antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Citarei aqui cada um de meus entrevistados, para que eu possa justificar a escolha por eles:

- Aracy dos Santos Sens: Escritora do livro lançado em alusão ao centenário de colonização de Ituporanga;
- Arnoldo Hoepers: Com 99 anos quando entrevistado, chegou a Ituporanga com dezessete anos, vive na cidade desde então. Foi escolhido por conhecer a cidade a muito tempo;
- Édio Carlos Machado: O vereador com maior número de legislaturas (sete), muito presente na política municipal;
- Ingelore Porthum: Com 77 anos quando entrevistada, Ingelore faz parte de uma minoria da cidade, os cristãos de confissão luterana;
- Ingo Strube: Com 85 anos, também é de confissão luterana;

- João Nicolau Sens: Além de ser membro do grupo familiar “Sens”, tido como “pioneiro” da cidade, foi prefeito da cidade e escreveu um livro sobre os “Sens”. Segundo ele mesmo, a pessoa mais velha, ainda viva, a nascer na cidade. Tem 94 anos;
- José Fernando Sens: Professor aposentado, atualmente trabalha na rádio local, e é uma pessoa muito respeitada na cidade;
- José Gervásio Maciel: Ex-prefeito, dono da rádio local, sócio do primeiro jornal a obter razoável sucesso, e muito importante no processo de consolidação da “Capital da cebola”;
- Nelson Sens: Com 82 anos, primo de João Nicolau Sens, dono da tipografia que imprimiu o livro do cinquentenário;
- Nilo Ludwig: Um dos primeiros dentistas da cidade, hoje com 85 anos, a pessoa mais interessada em registrar oralmente a história da cidade;
- Orlando Adilson Turnes: Um dos sócios do jornal “A Região”, juntamente com José Gervásio Maciel, e proprietário do jornal “A Comarca”, o mais antigo ainda editado da cidade;
- Valmor Holetz: Médico muito prestigiado em Ituporanga, luterano, também muito interessado na história da cidade;

A pesquisa documental foi utilizada com diversos tipos de material escrito. Analisamos jornais e livros. Os jornais são os publicados na cidade, que foram encontrados. O mais antigo deles é o “A Região”, que data de meados de 1978 até 1990. Além dele, temos “A Comarca”, de 1995 em diante, “Destaque” de 2012 a 2015, e o “Vale Sul”, de 2012 em diante. A princípio, o objetivo era ler toda esta produção escrita. Porém, o andamento da pesquisa mostrou que isto era dispensável, pois não houve ganhos significativos. Então, nos concentramos em analisar datas relevantes para a cidade, como aniversários de emancipação e colonização, por exemplo. Os livros são os que falam, direta ou indiretamente, sobre a cidade. Sobre a própria cidade, o mais antigo é o livro do cinquentenário, datado de 1962. Além deste, há o livro lançado em alusão ao centenário de colonização, em 2012. Existem ainda outros três livros, que contam histórias de grupos familiares da cidade, e a acabam mencionando, de uma forma ou outra. Um deles é o “Família Sens: uma história para

se contar”, de autoria de João Nicolau Sens (2005), no qual, além da árvore genealógica dos Sens, a partir do casal Adão e Lidvina Sens, é contada “a história da cidade”. O outro é o livro “João Carlos Thiesen: sua família, sua história”, de autoria de Antonio Ervino Hammes (1999). Já o livro “Homenagem a Ituporanga”, organizado por Nilson José Boeing (2012), reúne histórias, em sua maioria contadas por membros do grupo familiar “Boeing”, que têm como cenário a cidade de Ituporanga. É uma obra importante, no sentido de fornecer um panorama da cidade, num momento histórico do qual muito se perdeu. Porém, o foco não são as origens da cidade (do qual “os Boeing”, inclusive, não fazem parte). Todo esse material bibliográfico foi encontrado em diversos lugares. O primeiro a Biblioteca Municipal Dr. Jorge Lacerda, em Ituporanga. Depois, a Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Além disso, arquivos pessoais foram consultados.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Neste capítulo, demonstramos os principais pressupostos teóricos da pesquisa. Primeiramente, discutiremos “história” e “memória” como categorias de análise, a partir de Jacques Le Goff (1990). Depois, falaremos sobre “discurso”, para que fique claro o que essa pesquisa considera como tal, a partir de Michel Foucault (1996). Em seguida, faremos uma discussão um pouco maior a respeito de teorias relativas a “identidade”, tomada como categoria de análise. Embora a discussão envolva vários autores, Rogers Brubaker & Fredrik Cooper (2000) são indispensáveis para definir nossos pressupostos.

### 2.1 HISTÓRIA E MEMÓRIA, FORMAS DE DISCURSO

Primeiro, é importante definir a memória como uma “propriedade de conservar certas informações” (LE GOFF, 1990, p.423). Mas o autor argumenta que, além de conservar, o “processo da memória coletiva” implica a releitura dos vestígios do passado. Da mesma maneira, a memória implica todo um processo de seleção inconsciente do que será lembrado. É importante destacar que o processo de constituição da memória é permeado por interesses de atores específicos. No nosso caso, a memória coletiva sobre a cidade se traduz em definições a respeito “da história” da cidade.

Um pressuposto fundamental de Le Goff (1990) é o de que é impossível reconstituir o passado em sua totalidade. O que podemos obter são fragmentos. Esses fragmentos constituem a memória coletiva de Ituporanga. Aqui, a veracidade desta memória não tem importância central. Para esta pesquisa, é mais importante compreender e analisar o processo de construção destes fragmentos. Sobre a história e a memória como categorias de análise, tomaremos como pressuposto que a história da cidade é construída a partir de uma versão de memória coletiva sobre Ituporanga.

O autor também lembra de que a memória coletiva sempre foi objeto de disputa:

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 426)

E não é apenas a memória coletiva que é objeto de disputa. Tal noção pode ser expandida para qualquer tipo de classificação. Bourdieu defende esta noção:

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 1989, p.113)

Estas lutas pelas classificações são fundamentais em nossa pesquisa. A luta pela “identidade” de um município, da qual o autor fala, passa pela definição de sua memória coletiva, ou melhor, da história da cidade. Para que o autor desta narrativa possa impor a sua visão de história, é necessário que possua os atributos necessários para que seu texto seja aceito. Em alguns casos, é possível que haja uma disputa entre duas ou mais versões da história. Em Ituporanga, porém, não houve tal disputa pela “história da cidade”, até onde a pesquisa pôde constatar. A potencialidade de fazer um conjunto de pessoas acreditar (e provavelmente o próprio autor) que aqueles



fragmentos sobre o passado são a história do local é um atributo fundamental de quem escreve uma narrativa que é tornada hegemônica.

A memória coletiva aparece principalmente, segundo Le Goff (1990), nos “monumentos” e nos “documentos”. O “monumento” é entendido como tudo aquilo que remete ao passado. É, na concepção do termo, a memória coletiva materializada. O “documento”, escolha do historiador, é entendido para a escola positivista, segundo o autor, como o testemunho escrito que serve como “prova histórica”. Neste sentido, é entendido como objetivo, verdadeiro por si mesmo.

Le Goff (1990) contesta essa versão. Segundo ele, o documento é um monumento. Essa afirmação significa que não existe documento que seja totalmente objetivo. O documento é uma produção contextualizada historicamente. Ou seja, ele foi produzido em um contexto de relações de poder. É fundamental interpretar o documento como instrumento de poder, considerar os aspectos materiais e simbólicos de sua produção. Mesmo que tenha sido escrito de “boa-fé”, e que o autor cite o que ele pensa ser “a verdade”, o documento esconde uma “intencionalidade inconsciente”, um desejo de dizer o que é, e, conseqüentemente, o que não é. Entendido desta maneira, o documento vai além da oposição entre verdadeiro e falso. Todos eles são verdadeiros e falsos. Verdadeiro porque constrói uma realidade. E falso porque mascara uma intencionalidade sempre presente. Como diz o autor, “[...] tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de por a luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder.” (LE GOFF, 1990, p. 534)

A memória coletiva é discurso. Mas vamos tentar entender o que é um discurso. Todavia, é difícil dar uma definição clara desta categoria. Poderíamos fazer uma tentativa dizendo que discurso é tudo aquilo que quer dizer uma verdade. Aliás, isto é muito claro: a relação entre discurso e verdade. Segundo Foucault (2014), o discurso carrega uma “vontade de verdade”, quem faz com que só percebamos a verdade dita pelo discurso, e não a intencionalidade deste. Nas palavras do francês: “[...] os nossos olhos só veem uma verdade que é riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E, ao invés, não vemos a vontade de verdade enquanto prodigiosa maquinaria destinada a excluir.” (FOUCAULT, 2014, p.19)

Quer dizer, enquanto afirma um saber, o discurso nega outros, os exclui. Por isso, a memória coletiva é discurso, seja na forma escrita ou oral. Enquanto ela defende uma narrativa, exclui outras. Por isso os rótulos são também discursos. Enquanto elegem um atributo da cidade, negam outros. O discurso ao mesmo tempo é verdade e mentira, tal qual o documento, é um instrumento de poder e, na forma da memória coletiva, opera como um mecanismo de identificação.

## 2.2 TEORIAS DA IDENTIDADE

Mas em que consiste a “identificação”? E por que não “identidade? A grande referência ao tratarmos de teorias de identidade são as ideias expostas em “Beyond Identity”, de Rogers Brubaker & Frederik Cooper (2000). Os autores defendem que, nas ciências sociais, há basicamente duas maneiras de pensar as teorias da identidade. A primeira são as chamadas teorias “pesadas” da identidade. O que as definiriam seria o uso do termo “identidade” segundo o seu uso comum, dando ênfase na continuidade através do tempo. Estes pontos de vista teriam quatro afirmações problemáticas, segundo os autores. Primeira, “identidade” é tido como algo que todas as pessoas têm, devem ter ou estão buscando. Depois, “identidade” é algo que todos os grupos, ou ao menos grupos de um certo tipo (étnico, racial ou nacional) têm ou devem ter. A terceira é a de que tanto pessoas como grupos podem ter “identidade” sem estarem conscientes disto, além de ser algo a respeito do qual eles podem estar enganados. Por último, as visões “pesadas” ou “fortes” da identidade implicam, segundo os autores, grupos com alto grau de homogeneidade e fronteiras claras entre *insiders* e *outsiders*.

A teoria que Roberto Cardoso de Oliveira (1976) expõe em “Identidade, etnia e estrutura social” se aproxima, em alguns momentos, da classificação de Brubaker & Cooper (2000). Um exemplo é que o autor considera a existência de identidades étnicas “virtuais”, ao explicar a situação de pessoas com ascendência de dois “grupos étnicos”, e como elas manipulam seus laços de sangue de acordo com a situação (OLIVEIRA, 1976, p.11). Ora, se existem identidades “virtuais”, é razoável imaginar que o pesquisador pressupõe que existam identidades “reais”. E, se existem

identidades “reais”, caímos numa forma de essencialismo típica de concepções “fortes” da identidade.

De outro lado, são destacadas as concepções “leves” da “identidade. Estas, que ganharam muita força nas últimas décadas, segundo os autores, são destacadas por tentar romper com os usos comuns do termo, e negar o essencialismo das concepções “fortes” de “identidade”. Porém, os pesquisadores destacam três problemas destas teorias, chamadas também de “construtivistas”. A primeira questão é o que os autores chamaram de “clichês construtivistas”. Quer dizer, a “identidade” tem sido qualificada por vários termos: múltipla, instável, negociável, construída etc. Isso faz com que muitas vezes estes adjetivos sejam lidos e escritos de maneira automática, se tornando assim simples lugares comuns. A próxima crítica é a do uso da própria palavra “identidade”. E isto porque, no uso comum, a palavra carrega um significado de permanência. Os pesquisadores se questionam o porquê de continuar a usar a palavra se um significado central do termo é tão fortemente repudiado por estas teorias. A última questão diz respeito à elasticidade de “identidade” nas teorias construtivistas. Segundo os autores, no esforço de se afastar das concepções “fortes”, formularam-se concepções, muito parecidas, que têm uma amplitude enorme. Isto faz com que o conceito perca seu potencial analítico, por se tornar muito vago.

Brubaker & Cooper (2000) chamam a teoria de Stuart Hall de um exemplo de teoria construtivista da identidade. Hall (2011), em “A identidade cultural na pós-modernidade”, afirma que as velhas identidades entraram em colapso, pois novos referenciais surgiram, fazendo com que o sujeito se tornasse fragmentado e contraditório. A esse processo, o autor chama de “crise de identidade”. O sujeito nunca é algo único e estático. Ele é “composto”, por assim dizer, por várias referências sobre o que ele é e qual seu lugar no mundo, ou seja, várias identidades (que estão sempre mudando), e é perfeitamente plausível que essas referências sejam contraditórias, provocando dilemas e escolhas difíceis para o indivíduo. Isso leva a outra questão a se considerar: na teoria de Hall, as identidades são situacionais. Quer dizer, a manipulação das identidades, para um indivíduo, passa diretamente pelo contexto no qual o indivíduo está inserido. Nestas ideias, podemos perceber que, como

dizem Brubaker & Cooper (2000), a identidade está em todo lugar, e, portanto, em lugar algum.

Mas, afinal, qual a solução proposta pelos autores? É a construção de teorias da identidade sem o uso do próprio termo “identidade”. Esta sugestão é justificada pela ambiguidade da palavra, que leva a problemas, passíveis de ser contornados com o uso de outros termos, que definem com maior precisão os diferentes usos que “identidade” pode tomar. Segundo os autores, o uso da palavra “identidade” como categoria da prática não justifica a necessidade de usá-la como categoria de análise.

A primeira sugestão é o uso do termo “identificação”. Em primeiro lugar, ele é um termo processual. A identificação, seja por si mesmo ou por outros, não implica grupos coesos, com fronteiras definidas. Esse processo - fundamentalmente situacional e contextual -, é indissociável da vida social. Ele pode acontecer de duas maneiras, segundo os autores. Pode ser uma identificação relacional, quando os agentes são identificados com relação a redes, como redes de parentesco, amizade, profissional etc. Ou pode ser uma identificação que se refira a uma classe de pessoas que dividem um atributo em comum, ou, para usar outro termo, uma categorização. Alguns exemplos são identificações com “nacionalidades”, “gênero”, “etnias” etc. Apesar de ser importante revelar os agentes responsáveis pela identificação, nem sempre é possível fazê-lo. Quer dizer, a identificação pode ser feita por discursos anônimos.

É precisamente este o processo de identificação concretizado pelos discursos que estudaremos. No caso dos discursos que identificam “Ituporanga” e não o “ituporanguense”, o processo de categorização não identifica agentes diretamente. Quer dizer, o que a “história de Ituporanga” e a noção de “Capital da cebola” identificam é “a cidade”, a “comunidade”. Certamente, eles o fazem de maneiras diferentes. A história é mais do que um “identificador”, ela é o próprio fundamento de todo o imaginário a respeito de Ituporanga. Já a “Capital da cebola” atribui uma classificação à cidade, transforma em uma relação identitária algo que a princípio era “apenas” um produto agrícola do município.

Porém, é importante lembrar que, quando se fala de Ituporanga, inevitavelmente fala-se da cidade como um todo. Quer dizer, não existe, no nível de

senso comum, uma separação entre o que é a “cidade simbólica”, os “lugares da cidade”, os “ituporanguenses” etc. Por isso, considerar que estes discursos identificam, em primeiro lugar, a cidade “imaginada”, não equivale a dizer que não identifiquem os agentes que fazem parte da comunidade, indiretamente. Cabe destacar que a cidade não existe sem pessoas que a imaginem. Portanto, imaginar a cidade, em um plano “abstrato”, é um processo que produz efeitos reais na comunidade vivida, por assim dizer. Como lembra Bourdieu, “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’”. (BOURDIEU, 1989, p.10). Quer dizer, imaginar a cidade significa identificar e integrar seus habitantes.



### 3. A HISTÓRIA E SEUS INTÉRPRETES

Neste capítulo é analisada a escrita da história de Ituporanga. Primeiro, mostrarei características dos principais narradores da história da cidade. Depois, falamos sobre as condições materiais de produção dos livros. Em seguida, analisamos a narrativa sobre a origem da cidade, em sua primeira versão escrita. Por último, tratamos da relação entre as versões posteriores sobre a história da cidade, e sua relação com a “pioneira”.

#### 3.1 OS AUTORES

O autor da primeira versão escrita sobre a história da cidade é Edevaldo Cyro Thiesen. A trajetória dos “Thiesen” tem início em Salto Grande em 1919, quando João Carlos Thiesen foi designado pelo governo de Palhoça (SC), município o qual a vila pertencia, como professor da primeira escola do local, a “Escola Pública Estadual de Salto Grande”. Quatro anos depois, em 1923, casou-se com Cecília Köpp. Além de professor, João Carlos foi prefeito da cidade em duas ocasiões, sendo inclusive o primeiro eleito, em 1949. Além disso, ocupou diversos cargos públicos, como intendente distrital, delegado de polícia, exator estadual, vereador, etc. Também foi sócio e proprietário de alguns empreendimentos na cidade. Inicialmente, residiu na propriedade de Matias Gil Sens, o principal “pioneiro” de Salto Grande. Após o casamento, residiu em Cerro Negro (hoje uma localidade rural da cidade), e, posteriormente, comprou um terreno do mesmo Matias Gil, onde residiu a partir de então. João Carlos e Cecília tiveram dez filhos.

O terceiro mais velho, Edevaldo Cyro Thiesen, nasceu em 31 de janeiro de 1931, em Salto Grande. Estudou, segundo Hammes (1999), no Grupo Escolar Santo Antônio, que sucedeu a Escola Pública, na qual seu pai lecionou. Formou-se técnico de contabilidade. Foi protético, tendo estudado em Itajaí, para tal. Além disso, foi comerciante e ocupou diversos cargos públicos, com destaque para o de vice-prefeito de Ituporanga, entre 1977 e 1982. Em 1955, casou-se em Palhoça (SC), com Maria

Tereza da Luz, natural de Florianópolis, filha de Waldemar Luz. A sua origem familiar, formação educacional e atuação no serviço público evidenciam uma provável condição privilegiada do autor no contexto ituporanguense. Além disso, ele era católico e descendente de alemães, duas características bastante comuns na cidade. Faleceu em 01 de janeiro de 1991.

O outro livro escrito com foco na história da cidade é “Ituporanga: 100 anos de história” (2012), e é de autoria de Aracy dos Santos Sens. A autora vem de uma família que migrou para Ituporanga, vinda da região de Tubarão entre as décadas de 1940 e 1950 (a autora não soube precisar a data). O motivo da migração foi uma suposta prosperidade da região, que estaria começando a crescer naquele momento. Segundo ela mesma, o pai era “caboclo” e mãe “de família mais clara”. Inicialmente, seus pais se fixaram no “Ribeirão Matilde” (comunidade rural próxima a Ituporanga). Depois de alguns anos, a família se desfez dos terrenos rurais e fixou residência no centro urbano da cidade, onde adquiriram uma casa comercial, que, segundo ela, era “muito antiga” no local.

Já em Ituporanga, Aracy dos Santos nasceu em 1954. Estudou no Grupo Escolar Mont’Alverne, sucessor do Grupo Escolar Santo Antônio. Depois disto, estudou no Colégio Maria Auxiliadora (colégio católico, na época exclusivo para meninas), em Rio do Sul. Voltou a Ituporanga para cursar o equivalente ao ensino médio atual no Colégio Normal Roberto Moritz. Em 1962, ela se casou com José Fernando Sens, descendente dos principais “pioneiros” de Salto Grande. Assim como seu antecessor, ela detém escolaridade relativamente alta, porém com certa experiência na área de ciências humanas, tendo lecionado por muitos anos disciplinas como história e geografia. Ela também é católica.

### 3.2 O SUPORTE MATERIAL POR TRÁS DA NARRATIVA

Uma narrativa não acaba em seu texto. Para compreendê-la, é preciso ir além das palavras. Conhecer os agentes que narram a história, aos quais é atribuído o título de “autor” é um passo não apenas importante, mas fundamental. Uma narrativa impressa, como é o nosso caso, porém, dá margem a novos questionamentos.



O suporte material mobilizado para a publicação das narrativas foi diferente. Apesar de muitas informações sobre o livro do cinquentenário terem se perdido, devido ao falecimento do seu autor, nada indica que houve algum apoio de alguma instituição significativa na cidade (prefeitura, igreja etc.). Além disso, há anúncios de diversas empresas da região, o que torna até questionável se o material é um livro ou uma revista. Logo, é razoável pressupor que estes anúncios proporcionaram o suporte financeiro necessário para a divulgação da pesquisa. Outra incógnita diz respeito a impressão e tiragem. Não é indicado, em nenhum momento, onde o livro foi impresso, nem quantas cópias foram feitas. O livro cinquentenário, lembremos, não foi escrito apenas por Edevaldo Cyro Thiesen. Waldemar Luz, seu sogro, divide a autoria da obra. Mas por que, então, atribuímos o texto sobre a origem de Ituporanga ao primeiro?

Neste sentido, o livro de Aracy dos Santos Sens tem características bastante distintas. A iniciativa, segundo ela, de produzir um livro sobre a cidade em homenagem ao seu centenário partiu da Secretaria de educação e cultura do município. Havia mais pessoas, porém, interessadas em escrevê-lo. Segundo informa, foi realizada uma seleção, por envio de currículo, e ela foi escolhida por “ter mestrado” (ela é mestre em Educação e Cultura), formada em história e também (nas suas palavras) “por ser do lugar, né”. Além disso, afirmou que ouviu que algumas pessoas haviam sugerido que ela fosse a encarregada da autoria do livro.

A prefeitura municipal, além de idealizar o livro, foi responsável por ajudar nos custos da pesquisa de campo (havia carro e motorista para levar a autora até seus entrevistados, por exemplo), bem como de impressão. Esta foi realizada na vizinha Rio do Sul, e a tiragem foi de duzentos exemplares (muito menos que tiragens regulares de periódicos da cidade[Que passam dos 1.500 exemplares]). A divulgação do livro, que foi alvo de reclamações por parte da autora, foi muito restrita. Nenhuma edição foi colocada a venda. A própria autora ficou com um número reduzido de cópias, que foram usadas para presentear parentes próximos. Quando da realização da entrevista, ela possuía apenas um exemplar em sua posse. Quer dizer, a autoria da pesquisa é de Aracy dos Santos Sens, mas o ator responsável por todo o suporte

material foi a Prefeitura Municipal, principalmente através da Secretaria de educação e cultura.

### 3.3 O SUPORTE SIMBÓLICO DA HISTÓRIA DE ITUPORANGA

Antes, apenas o esplendor da Natureza. Serras e matas expandindo-se. O chirrear da passarada em mistura com a agitação de outros animais selvagens. Apenas o selvicola conseguira penetrar nos segredos daquele chão inexplorado pela agricultura.

O rio Itajaí do Sul corria pelas sinuosidades do seu leito, gorgolejando no encachoeiramento, em demanda do esgotamento rápido das suas águas no mar. Mas, havia necessidade de que o homem-colono penetrasse nessas matas, procurando servir-se dessas terras dadivosas, de húmus aflorado, para garantia dos seus produtos agrícolas. Ninguém, entretanto. Atrevia-se na empreitada. Gente das vizinhanças, não. Outros, mais aventureiros, se entregariam a isto. E, provavelmente, não faltaria, para os lados do litoral, quem se aventurasse no intento. E, efetivamente, assim foi.

A origem da colonização de Ituporanga veio da fundação, sem dúvida alguma, da Colônia Militar de Santa Tereza, hoje distrito de Catuíra, a margem do rio Itajaí do Sul, pelo governo imperial, em 1853. Essa colônia estava sob a direção de um comandante militar e nela se engajavam os colonos, por determinado tempo, com a incumbência de escoltarem tropas e viajantes através do sertão em direção a Lajes, a fim de protegê-los contra os frequentes ataques dos índios.

Além desse serviço, essa força militarizada incumbia-se dos consertos e desmatamento da estrada geral, ou trabalhava

na lavoura em conta própria, nos seus lotes doados pelo governo federal.

Em 1908, o coronel Carlos Napoleão Poeta, que então se dedicava, com afínco e estoicismo, ao desbravamento do sertão rumo ao planalto, contratou, com o governo do Estado, a construção de uma estrada carroçável entre o lugar Barracão, hoje município de Alfredo Wagner, na estrada Florianópolis-Lajes, até a Barra do Rio Oeste, na estrada Blumenau. Essa estrada, seguindo pela margem do rio Itajaí do Sul abaixo, atravessava, justamente, o local onde se encontra hoje a florida e garrida cidade de Ituporanga.

A empreitada não foi das mais fáceis. Lutando contra muitos obstáculos encontrados, o maior deles a existência de bugres bravios nesta região, a finalidade, do bandeirante catarinense, entretanto, foi conseguida, dentro de regular espaço de tempo.

Animados por esta primeira providência para penetração na região inóspita, por terra e rio Itajaí abaixo, em canoas improvisadas, Matias Pedro Sens e Egídio Pedro Sens se localizaram em certos pontos da hoje povoação Vila Nova, nas proximidades desta cidade, e João Steffen, em Barra do Perimbó, sendo este o primeiro proprietário de uma balsa sobre o rio Itajaí, dando acesso a serra, cuja construção dessa barcaça foi custeada, em parte, pela Prefeitura Municipal de Palhoça, de cujo município eram naturais esses corajosos desbravadores.

Matias Gil Sens, após esses, acompanhado da esposa, Catarina Gorges Sens, e filhos Balduino Sens, Apolônia Sens Ludwig e esposo, Ernesto Pedro Ludwig, todos vindos de São Pedro de Alcântara, no município de São José, aproveitando-se dessa estrada e, possivelmente, encorajados pelos primeiros residentes nos locais acima mencionados, aventuraram-se a

conhecer as terras, mais acima existentes, no percurso em direção a Blumenau, com o fim de se estabelecerem com moradias.

No percurso de São Pedro de Alcântara até ao local exato onde levantaram o modesto rancho de rachões de pinheiros [...], foi feito em sete dias. Conduziram os utensílios de primeiras necessidades em uma carroça e um cargueiro.

A data conhecida da chegada e localização desses primeiros colonizadores no hoje perímetro desta cidade, portanto, sendo considerado como os que fundaram o local exato de Ituporanga, foi 15 de agosto de 1912. (THIESEN & LUZ, 1962 s/p.)

São estas as exatas palavras usadas por Edevaldo C. Thiesen para descrever a origem de Ituporanga. Aqui, podemos notar algumas características que fazem com que este texto ofereça um “mito de origem” da cidade. Neste texto, estão expostos todos os referenciais que perpassam a narrativa da história da cidade (que não se limita a este texto). Quer dizer, nestas palavras podemos encontrar uma síntese dos marcos simbólicos (e, portanto, morais) da cidade.

Um primeiro marco observável no texto é a caracterização dos primeiros moradores do local. Estes ostentam o título de “pioneiros” da cidade. Classificações como o “homem-colono”, “bandeirante catarinense”, “primeiros colonizadores” glorificam as funções supostamente exercidas por estas pessoas. O papel do pioneiro, protagonista da narrativa, aparece em outros momentos, sugerindo a sua importância no contexto ituporanguense. O “pioneirismo” é atribuído a um seleto grupo de pessoas, que são aquelas que terão seus nomes lembrados. No livro do centenário, tal título é atribuído, por exemplo, ao já citado João Carlos Thiesen, que, como dito anteriormente, chegou ao local em 1919. Carlos Jensen Filho, por exemplo, chegou de Blumenau em 1918, e é referenciado, num artigo que trata da paróquia luterana, como o primeiro morador “não-católico” de Salto Grande. Em nenhum momento, porém, é atribuído a ele um prestígio equivalente ao de João Carlos Thiesen, ou aos irmãos

Balduino, Jacob, Fernando e Adão Sens, filhos de Matias Gil Sens. Este, por sua vez, é referenciado como o “principal pioneiro” da cidade, o seu fundador. Portanto, como qualquer classificação social, ela não é aleatória. Captar os critérios de categorização é uma tarefa difícil, mas necessária. Para isso, é preciso considerar todas as características da narrativa. Porque o rótulo de pioneiro não pode ser analisado isoladamente. Ao contrário, devemos considerar os outros marcos que perpassam o discurso.

A religião é, ao que o livro indica, um deles. Segundo todas as referências sobre a religião em Ituporanga, houve, por “muito tempo”, duas igrejas presentes no local. A primeira é a de confissão católica, com cerca de três quartos da população atualmente, e, segundo todas as entrevistas que realizamos, sempre maioria na cidade. Era a religião dos ditos pioneiros. A outra é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Como mencionado, o primeiro adepto desta confissão foi Carlos Jensen Filho, que chegou a cidade em 1918. Embora seja difícil precisar datas, posteriormente vieram Emílio Altemburg, Henrique Holetz e Ulrich Muller, todos acompanhados dos familiares, todos luteranos que se estabeleceram em Salto Grande ainda em seus primeiros anos. Vamos analisar como as duas confissões são tratadas no livro de Edevaldo Cyro Thiesen. A religião católica é, claramente, tratada com mais atenção. Começando pela capa do livro, que contém uma figura (a única da página) de uma das torres da Igreja Matriz Santo Estevão, inaugurada anos antes pelos católicos locais. Além disso, fica clara a primazia dos católicos na narrativa em dois temas. Desde o começo da atividade católica de Salto Grande, a localidade sempre foi atendida pela congregação franciscana, até hoje. Na figura de seus religiosos (tanto os padres quanto as “irmãs”), ela teve influência, principalmente, na saúde e na educação.

O livro do cinquentenário narra a história das escolas na cidade, da origem até 1962. Deixa claro que a primeira instrução ministrada a crianças ituporanguenses foi a catequese. Em 1919, foi criada a escola pública, que teve como primeiro professor João Carlos Thiesen. Em 1933, foi criado o Grupo Escolar Santo Antônio, sob a direção do pároco local, frei Gabriel Zimmer. É lembrado que, neste momento, Salto Grande teve três escolas funcionando: “uma católica, uma luterana e uma pública” (THIESEN, 1962). Não há, porém, qualquer outra informação sobre a Escola

Luterana. Além de fornecer muitas informações sobre a escola católica da cidade (que já fora fechada em 1948), a narrativa quase ignora a escola luterana. O “sucessor” (apesar de estadual, era influenciado pelos franciscanos) do Grupo Santo Antônio, Grupo Escolar Mont’Alverne, também é enaltecido posteriormente.

Com relação à saúde, há um fato significativo na narrativa. A cidade teve, algum tempo, duas instituições hospitalares. O mais antigo é o Hospital Bom Jesus, fundado em 1939 (e ativo ainda hoje) por frei Gabriel Zimmer, primeiro pároco da paróquia Santo Estevão de Ituporanga, e ainda hoje é administrada pela Congregação das Irmãs Franciscanas de São José (SENS, 2012). A Maternidade Nossa Senhora das Graças, por sua vez, foi fundada em 1957 por Vanio Mario Colaço de Oliveira. Em 1968, foi vendida para as irmãs franciscanas, mesma organização que administra o Hospital Bom Jesus. No livro de 1962, embora existissem as duas instituições hospitalares, só o hospital é mencionado. Na primeira linha do texto que fala dele, está escrito que “O Hospital Bom Jesus é o melhor dos estabelecimentos hospitalares da cidade” (LUZ & THIESEN, 1962). Além do elogio ao hospital, podemos inferir uma crítica à Maternidade, que era a outra instituição hospitalar de Ituporanga. É importante lembrar que, na época, a Maternidade era administrada, possivelmente, por Vânio Mario Collaço de Oliveira (médico e político local). Já em 1974, em material comemorativo sobre Ituporanga organizado por Waldemar Luz e por Nelson Sens, tanto a maternidade quanto o hospital tem um texto explicando a sua trajetória. O texto sobre o hospital não fala que ele é o “melhor da cidade”. Já o texto sobre a maternidade, embora cite a fundação deste por parte de Vânio Mario Collaço de Oliveira, dá preferência em tratar da administração da época, realizada pelas irmãs franciscanas. Poderíamos argumentar que a mudança na maneira como a maternidade foi tratada diga respeito a possíveis rivalidades políticas na cidade, haja vista que Vânio de Oliveira foi importante membro da UDN (União Democrática Nacional) municipal, ao passo que João Carlos Thiesen foi o grande expoente do diretório ituporanguense do PSD (Partido Social Democrata). Essa rivalidade entre PSD e UDN foi lembrada várias vezes nas entrevistas, como na de Nilo Ludwig e Édio Machado, por exemplo. Porém, como dito anteriormente, há grandes elogios, no livro do

cinquentenário, a membros dos dois partidos. Isso reforça a ideia de que a diferença de tratamento se deve à entrada da Congregação Franciscana na maternidade.

Tudo que foi exposto nos parágrafos anteriores deixa clara a prioridade atribuída a confissão católica na narrativa histórica de Edevaldo Cyro Thiesen. Prioridade, porém, não significa um esquecimento dos luteranos do local. É fundamental lembrar que há algumas páginas, no livro do cinquentenário, que citam a história da paróquia luterana de Ituporanga. Portanto, os luteranos são lembrados, mas em segundo plano.

A relação entre a cidade e alguma possível origem “alemã” é um tema importante, que exige que falemos também do livro do centenário da cidade. Mas comecemos pelo texto de 1962. Na narrativa sobre a origem da cidade, transcrita acima, não há menção de nada que lembre a Alemanha. Absolutamente nada. No texto que fala sobre a trajetória das instituições educacionais no local, Thiesen (1962) usa, para enaltecer o Grupo Escolar Santo Antônio, o exemplo das festividades de 7 de Setembro. Nesta ocasião, segundo ele, o juiz Norberto de Miranda Ramos teria escrito, no livro de visitantes, um elogio ao Frei Manuel Fillipi, diretor da instituição, na época, dizendo que ele era “elemento destacado na grande obra de nacionalização...” (THIESEN & LUZ, 1962). Há várias referências à “pátria brasileira” ao longo do livro. Além disso, a narrativa se passa, inteiramente, no Brasil. A história de Ituporanga, para Edevaldo Cyro Thiesen, começa em São Pedro de Alcântara.

Porém, é fácil perceber, pela grafia dos sobrenomes, que a maioria das pessoas que habitaram a vila, em seus primórdios, eram, se não alemães, caso de uma minoria, filhos ou netos destes. Era o caso de Matias Gil Sens, por exemplo, cujo pai chegou ao Brasil com seis anos de idade. E é justamente pela viagem dos antepassados do principal pioneiro de Ituporanga, através do oceano, que Aracy dos Santos Sens (2012) começa a contar a história do lugar. Antes disso, ela já havia dito que a colonização da cidade foi feita por “italianos, alemães e portugueses”. Quando fala sobre Matias Gil, ela lembra que ele “falava alemão fluentemente”. Quer dizer, no livro do centenário, não há esforço em lembrar que a cidade teve (e possivelmente ainda tem, é difícil afirmar isto com precisão) nos descendentes de alemães a maioria da população.

Na entrevista realizada com Nilo Ludwig (neto de Matias Gil), houve uma peculiaridade. Antes de responder às perguntas elaboradas pelo pesquisador, o entrevistado narrou a “história” que teria ouvido de seu tio, Ernesto Ludwig (o mesmo que acompanhou Matias Gil na migração que deu origem à cidade). Segundo ele, Matias Gil, Ernesto e mais algumas pessoas fizeram uma viagem de prospecção, para conhecer o território. Nesta viagem, eles subiram em um morro nas proximidades do que se tornaria o centro urbano, para obter melhor vista. Lá em cima, Matias Gil teria dito para eles descerem do morro naquele momento, com urgência. Todos obedeceram. Chegando lá embaixo, Ernesto teria indagado Matias sobre o porquê de terem que descer tão depressa. Matias respondeu- disse Nilo Ludwig-, “em alemão, porque eles só falavam alemão”, que havia uma onça no local. Num momento posterior da narrativa, Matias está na sua casa, em São Pedro de Alcântara, e fala sobre uma possível mudança para o Vale daquele rio. Novamente, Nilo Ludwig frisa que ele falava alemão com Catarina, sua esposa. É interessante que, nessa narrativa, o entrevistado fez questão de lembrar, mais de uma vez, que seus antepassados falavam alemão. Quer dizer, as narrativas sobre a cidade divergem neste ponto, de caracterizar ou não os pioneiros como “alemães” ou não. O que podemos concluir, observando as diferentes versões, é que, no livro do cinquentenário, a origem étnica dos primeiros habitantes de Salto Grande foi esquecida. Como mostramos a partir de Le Goff (1990), a memória é seletiva, e, portanto, optou-se, conscientemente ou não (o próprio Edevaldo Cyro Thiesen era um descendente direto de imigrantes alemães, nasceu em uma época em que “o alemão” era muito falado na vila) em criar uma história de Ituporanga na qual essa ligação não seja lembrada. Essa questão será debatida, sob outra perspectiva, no capítulo seguinte.

Porém, se a etnicidade germânica foi silenciada na narrativa do cinquentenário, e não foi ligada à categoria “pioneiro”, nem por isso essa última perdeu em complexidade. É bastante clara, na narrativa, a relação entre a figura do “pioneiro” e a figura do “colono”. Podemos inferir, então, que a relação acontece da seguinte maneira. “O colono” é uma figura mais ampla, que engloba todos aqueles que “colonizaram” o território. Já “o pioneiro” vai além deste. Ele é como que um “colono” superior, por supostas contribuições à comunidade, ou até por ser



responsável pela própria existência da comunidade. Aqui, porém, trataremos da figura mais ampla, do “colono”, sem aprofundar a distinção entre colono e pioneiro.

Podemos perceber que o colono vai além, na história de Ituporanga, de um agricultor. O colono é mais do que uma profissão, é uma categoria no qual estão incluídos os católicos e os luteranos, os “alemães”, os “italianos”, os “brasileiros”. Como vimos anteriormente, uma identificação étnica tem como característica fundamental a definição por contraste, por oposição. A fronteira esboçada para reunir todas estas pessoas, em torno de suas características comuns são os antigos habitantes do território, os “índios”. Na narrativa de Edevaldo Cyro Thiesen, eles têm seu espaço:

Dos apontamentos existentes, um pouco confusos, entretanto, em relação aos primeiros anos de colonização, consta que a 8 de maio de 1913, pelo meio-dia, descansando em seu rancho, Egídio Sens, irmão de Matias Pedro Sens, viu-se de surpresa atacado por um bando de índios botocudos, em número de setenta, mais ou menos. Fazendo ele uso de sua espingarda, feriu um deles atacantes na cabeça, e enquanto os outros recuavam, fugiu para a casa de seu irmão Matias, salvando-se milagrosamente. Das muitas flexas que lhe jogaram, uma só lhe acertou, atravessando-lhe o braço direito. Ele mesmo a arrancou, em pedaços, do braço ferido, defendendo-se no assalto como pode. O curativo do ferimento recebido foi feito pelo então capitão Rosinha (general Vieira da Rosa, já falecido, que casualmente estava fazendo o levantamento da estrada de rodagem da região). (THIESEN & LUZ, 1962, s.p.)

Esta narrativa é um excelente exemplo de como a oposição entre colono e índio é pensada. O colono está em seu rancho, pacatamente, quando é atacado pelos índios. É interessante notar que, antes de ser atacado, o colono atira com sua espingarda, vitimando um dos “botocudos”. Espingarda que é o símbolo do que o colono trouxe para aquela terra: a tecnologia, a precisão, o domínio sobre a natureza.

Os “atacantes” então, fazem o que a narrativa diz que fazem: atacam o colono, com flechas. Estas que são o contrário da espingarda, no sentido de serem rudimentares, toscas, primitivas, justamente o contrário da civilização que o colono veio trazer para aquele vale. Felizmente, eles atiram muito mal, e só uma flecha atinge o braço direito do colono, que milagrosamente, sai ileso, ao sair correndo para a casa do irmão. Esta é a fronteira fundamental entre o colono e o índio: de um lado, o progresso e a civilização, sempre ameaçados pelo perigo iminente; de outro, o índio, rude, selvagem e ameaçador. E tudo, na narrativa, caminha no sentido de glorificar o colono, com destaque para o colono pioneiro (a divisão dentro da divisão), e, mesmo, demonizar, caracterizar o índio como o outro, o diferente, que ameaça o progresso e a colonização ordeira.

A intenção do texto é então enaltecer a figura do colono pioneiro, que funda Ituporanga. A própria estrutura da narrativa, que começa com contornos de uma epopeia, revela uma prosa que busca enaltecer os fatos que descreve. Os cenários e os personagens são comuns na história das colônias fundadas por descendentes de europeus, entre os séculos XIX e XX no sul do Brasil. A descrição do território antes da colonização, ressaltando o caráter “virgem”, “intocado pela civilização”; A afirmação subentendida de que habitar o local é uma missão com riscos, uma “aventura”; A suposta necessidade em “habitar” as matas; Tudo isto corrobora essa intencionalidade da história de Ituporanga.

### 3.4 OS LIMITES DE ITUPORANGA

Ituporanga tem uma parte significativa de sua população vivendo no campo, como dito anteriormente. Esta população reside ao longo de estradas conhecidas como tifas ou estradas gerais, mas que em outros locais recebem nomes como linhas, vilas etc.

Note-se que, à época de sua emancipação do município de Bom Retiro, em 1949, o município de Ituporanga possuía territórios que, a partir de 1962, se tornariam novos municípios (Imbuia, Petrolândia, Atalanta e Chapadão do Lageado).

É importante, então, fazer uma distinção entre o que o município de Ituporanga, e o que é Ituporanga como uma “comunidade”. Quando falamos do município, a referência é ao território subordinado à Prefeitura Municipal de Ituporanga, que é muito mais do que o núcleo urbano da cidade (há mais de quinze localidades rurais em Ituporanga). É, em outras palavras, a Ituporanga formal. Já a Ituporanga informal, a comunidade, nem sempre corresponde ao município de Ituporanga. No “mito de origem” da cidade, isto fica evidente.

Embora haja algumas referências a outras cidades no livro do cinquentenário, quando se fala da origem de Ituporanga, o que é abordado é a origem de Salto Grande, localidade que mais tarde se transformou no centro urbano de Ituporanga. A história e as afirmações de pioneirismo deixam isso claro. Diz-se, por exemplo, que dois sobrinhos de Matias Gil Sens teriam chegado ao que hoje é o bairro Vila Nova em 1911. Este bairro é distante cerca de um a dois quilômetros de onde Matias fixou sua primeira residência. Eles teriam chegado um ano antes do tio, a um local bastante próximo ao local que hoje é o centro da cidade, que cresceu, principalmente, sobre as terras de Matias. Além disso, em nenhum material pesquisado é contada a origem das tifas e comunidades rurais do município. Portanto, a história de Ituporanga não é a história do município de Ituporanga, e sim do centro urbano de Ituporanga.

### 3.5 AS DEMAIS VERSÕES SOBRE A HISTÓRIA

Essa análise do livro do cinquentenário não seria útil, porém, se não considerássemos a influência da obra em materiais posteriores, que tratam da história da cidade. Em 1974, foi publicada uma revista em alusão ao natal daquele ano, organizada por Waldemar Luz, sogro de Edevaldo Thiesen, e Nelson Sens, que a imprimiu em sua tipografia. Nas suas páginas, há uma versão que, apesar de não usar o mesmo texto do livro do cinquentenário, segue o mesmo caminho, narrando o mesmo passado, sob a mesma perspectiva.

Em 1985, Dorvalino Koch e João Momm publicaram “Famílias Pioneiras de Salta Grande” (1985). Apesar do nome sugestivo, o principal assunto da obra são as famílias Koch e Momm, presentes nos primeiros anos, na região de Salto Grande, relacionadas com o contexto municipal. A origem da cidade, porém é contada de maneira bastante resumida. Os nomes citados são os mesmos. Há duas pequenas diferenças, porém. Como demonstrado no item anterior, a origem de Ituporanga, no livro do cinquentenário, é a origem do seu centro urbano. Já em Koch & Momm (1985), os primeiros pioneiros de “Salto Grande” são os irmãos Egidio e Matias Pedro Sens, que se estabeleceram em Vila Nova, fora do que se tornou o centro urbano da cidade, mais tarde. Outra diferença é que a narrativa começa falando da imigração alemã em Santa Catarina, para só depois chegar a Salto Grande.

Apesar de concordar com datas e nomes do livro do cinquentenário, o livro “Família Sens: uma história para se contar” (2005), de autoria de João Nicolau Sens, traz uma estrutura diferente. Assim como em Koch & Momm (1985), a história de Ituporanga começa na Europa. Diferentemente deste, porém, Sens (2005) conta a história a partir do ponto de vista de seus tataravôs. Apesar de, invariavelmente, a origem da cidade estar relacionada a Matias Gil Sens, a versão de Thiesen (1962), bem como todas as que se basearam integralmente nela, começam a história em São Pedro de Alcântara, focando nos desdobramentos políticos (como a criação da Colônia Militar Santa Tereza, por exemplo) que levaram à colonização daquele território. Já Sens (2005) se preocupa em mostrar a trajetória de seus familiares, desde a Europa, passando pela “penosa viagem” que os fez “imigrantes”, até a “fundação” de Ituporanga em 15 de agosto de 1912, por parte de Matias Gil Sens. Quer dizer, o autor dá ênfase à relação entre “os Sens” e a cidade, reivindicando a origem da cidade para “sua família”.

Os outros dois livros relacionados a grupos familiares são “João Carlos Thiesen: sua família, sua história” (1999), de autoria de Antônio Ervino Hammes, esposo de uma neta do “primeiro professor” de Salto Grande. Nesta obra, a origem da cidade não é abordada. Salto Grande só vai aparecer na narrativa quando João Carlos chega à cidade, como representante de Palhoça, para reivindicar o domínio do

território, antes disputado com Blumenau, por estar situado no limite entre os dois municípios. A sua figura, porém, está intimamente relacionada com a cidade:

Assim, pode-se dizer que João Carlos Thiesen saiu de cena política [renunciando ao cargo de prefeito] de uma forma não merecedora, tendo em vista todos os seus feitos na vida pública, em prol de Ituporanga, durante mais de quatro décadas. Afinal de contas, sua história faz parte e está intimamente ligada a história deste município. (HAMMES, 1999, p. 37)

Além da grandiosidade conferida a ele no contexto saltograndense merece destaque a publicação do livro no ano do cinquentenário da emancipação do município, o que demonstra que o documento tem a intenção de estabelecer uma relação entre os “Thiesen” e a vida política de Ituporanga.

O outro livro “de família”, que guarda algumas peculiaridades em relação aos demais é “Homenagem a Ituporanga” (2012), organizado por Nilson José Boeing. Ele contém escritos de quatorze autores, a maioria familiares do organizador. Diferentemente dos outros, que contêm uma genealogia mais ou menos detalhado, este traz “causos” que tem como pano de fundo, ora o distrito de Salto Grande, ora a cidade de Ituporanga, que os pais de Nilson Boeing, Joaquim e Adelaide Boeing habitaram por mais de quarenta anos. De todos os citados, este é o que traz uma relação menos explícita entre os Boeing e a cidade. Porém, o fato de haver um livro, publicado por diversos irmãos desta família, em 2012, ano em que foi comemorado o centenário de colonização da cidade, sugere a relação afetiva que os irmãos Boeing têm com Ituporanga.

Neste sentido, o livro de Aracy dos Santos Sens (2012) é parecido. Porém, trata-se de uma obra que tenta ser mais inclusiva, valorizando as diferentes maneiras de contar a história. Nesse sentido, podemos perceber a mesma tentativa de simbiose entre o sobrenome “Sens” e a origem da cidade, que podemos encontrar em Sens (2005). Mas também podemos perceber a narrativa que dá ênfase ao “colono

pioneiro”, brasileiro, que enfrenta o perigo “selvagem” para fazer “a” colonização, que podemos observar em Luz & Thiesen (1962).

## **4. NARRATIVAS SOBRE O PASSADO E UM OLHAR PARA O FUTURO**

No capítulo anterior, discutimos a construção da história hegemônica de Ituporanga, considerando-a um discurso chave, a base para toda construção imaginária posterior a respeito da cidade. Como argumentamos, a imaginação constrói a realidade, e vice-versa. Neste capítulo, assim como no seguinte, nos preocuparemos com a identificação na vida cotidiana do ituporanguense. É inútil discutir, porém, se a história vem antes da identificação, ou o contrário. Tomaremos como pressuposto de que se trata de uma relação mútua. Quer dizer, uma constrói e reafirma a existência da outra.

### **4.1 DUAS FREGUESIAS, DUAS CATEGORIAS**

Salto Grande era, nos seus primeiros anos, uma vila que crescia nas margens do rio Itajaí do Sul. Neste período, ela era equivalente a outras comunidades rurais, que mais tarde pertenceriam ao município de Ituporanga. A vila, porém, era dividida em duas frações. Existia a “Freguesia de cima” e a “Freguesia de baixo”.

A primeira, segundo Nelson Sens, cresceu nas terras que inicialmente pertenceram a Matias Gil Sens e à Sociedade Colonizadora Catarinense, ponto no qual foi “fundada” a vila, em 15 de Agosto de 1912. Era conhecida como um local habitado quase que exclusivamente pelos católicos da cidade. Segundo Ingelore Porthum, desde que ela pôde recordar, foi o ponto mais movimentado, o verdadeiro centro da cidade, o que se consolidaria posteriormente, já que a Freguesia de cima é hoje o bairro Centro, local onde se concentra a maior parte do comércio da cidade.

Já a Freguesia de baixo estava localizada cerca de um quilômetro rio abaixo. Seu primeiro morador foi o já mencionado Carlos Jensen Filho, que chegou ao local em 1918, para administrar a venda de lotes para a Companhia Jensen, Agricultura, Indústria e Comércio. Era conhecida como o local de residência dos luteranos de Salto Grande. Hoje, esta porção da cidade constitui os bairros Santo Antônio e Jardim América. Enquanto a divisão perdurou, não houve igreja católica nesta freguesia, nem luterana na Freguesia de cima.

Essa divisão suscita algumas questões. A primeira delas diz respeito à direção dos fluxos migratórios que deram origem às duas freguesias. Os católicos de Salto Grande migraram, principalmente, da região de São Pedro Alcântara, próxima de Florianópolis. Além de Matias Gil Sens, patriarca dos “Sens”, vieram rio abaixo os Ludwig, os Clasen, os Steffens, os Hoepers, os Thiesen, os Koch, os Momm, os Philippi etc. Já os luteranos, quase que exclusivamente, vieram da região de Blumenau. Ou seja, migraram rio acima. Werner Strube, Henrique Holetz, Emílio Altenburg, Ulrich Muller, Carlos Jensen Filho, Henrique Jensen e Leopoldo Schmitt etc. Todos estes vieram, junto com seus familiares, da região de Blumenau. A única exceção, neste sentido, são os pais de Ingelore Porthum, luteranos que vieram da região de Anitápolis.

Neste sentido, Salto Grande foi o encontro da migração católica rio abaixo e rio acima. É importante lembrar, também, que a Escola Pública, inaugurada em 1919, só foi feita pela prefeitura de Palhoça por uma questão de disputa de limites com o município de Blumenau. Quer dizer, enquanto Palhoça afirmava que o limite entre ambos era no encontro entre o Rio Batalha e o Rio Itajaí do Sul (distante cerca de dois quilômetros da Freguesia de baixo, no sentido Ituporanga-Blumenau), Blumenau dizia que este estava situado na barra do Rio dos Bugres (cerca de quinze quilômetros distante da Freguesia de cima, no sentido Ituporanga- Alfredo Wagner). Essa disputa pelo território de Salto Grande “obrigou” o município de Palhoça a impor sua presença de maneira mais efetiva na vila, com a criação da primeira escola. Não há, até onde é possível captar, uma relação entre os primeiros luteranos que migraram rio acima e essa disputa entre os dois municípios.

É possível perceber também uma preocupação em caracterizar as freguesias como lar de duas igrejas diferentes. Como qualquer classificação, esta é construída socialmente, de acordo com interesses específicos, que partem de agentes específicos. É impossível recuperar a gênese desta classificação. Entretanto, podemos perceber que há uma vontade de atribuir um local da cidade a cada religião. Portanto, há um interesse em separar a vila entre luteranos e católicos. O que reforça isto é que nenhuma das freguesias era habitada exclusivamente por membros da religião a que eram associadas, principalmente a Freguesia de cima. Nesta, havia a família de Emílio Altenburg, Henrique Holetz e Ulrich Muller, por exemplo, entre os luteranos.

Há uma preocupação, tanto em materiais escritos quanto nas entrevistas, de lembrar, que, “apesar da divisão territorial”, “não existia tensão” entre luteranos e católicos de Salto Grande. Fernando Boeing diz a esse respeito: “A divisão era apenas geográfica, pois as pessoas de ambas as religiões entendiam-se bem e se davam as mil maravilhas.” (Boeing, 2012, p.67). Nelson Sens, Nilo Ludwig, Ingo Strube e Ingelore Porthum concordaram em afirmar que a convivência era pacífica. Além disso, outras falas indicam que as pessoas participavam facilmente de atividades ligadas a outra religião. Ingelore Porthum e Ingo Strube, por exemplo, estudaram no Grupo Escolar Santo Antônio, dirigido por membros do clero católico local, mesmo sendo luteranos. Segundo eles, eram tratados pelos padres da mesma maneira que as crianças. Além disso, Nilo Ludwig, por exemplo, afirmou que os jovens da Freguesia de cima frequentavam os bailes do Salão do Poldi, espaço recreativo localizado na Freguesia de baixo, conhecido por ser o local onde se hospedavam (também funcionava um hotel no mesmo prédio) os viajantes que vinham de Blumenau.

O consenso sobre a facilidade da convivência e o livre fluxo de pessoas em ambientes públicos das duas freguesias nos indica que nunca houve tensão que motivasse conflitos e discussões mais intensos entre luteranos e católicos, em Salto Grande. Isso não significa, porém, que a religião não fosse um elemento fundamental para a auto-identificação dos salto-grandenses. A mesma separação entre luteranos e católicos, que nunca gerou um conflito aberto, nos demonstra como a religião era uma fronteira capaz de separar a população da cidade em duas frações. E isso porque, apesar de tudo que foi dito anteriormente, havia uma regra social importante: não



houve, até onde foi possível capturar, casamentos inter-religiosos em Salto Grande, de 1912 até 1960, ano em que Nilo Ludwig e Rizonha Koehler (nascida em Blumenau, residente na Freguesia de baixo) se casaram. Porém, o casamento não foi um processo simples. Segundo o noivo, era bastante comum um moços e moças católicos e luteranos terem namoros fugazes, sem compromisso. Mas não casar. Casar, devemos lembrar, é um processo que passa pela igreja, pelas instituições religiosas, ao passo que os namoros acontecem de maneira muito mais informal, com regras diferentes. Num primeiro momento, Waldemar Koehler, pai da noiva, consentiu com o casamento, desde que o noivo se convertesse. Nilo Ludwig disse, durante a entrevista, que jamais poderia fazer isso, pois seria uma decepção para seu pai. A noiva, então, aceitou casar-se em segredo, na igreja católica. Dias depois da cerimônia, o sogro de Nilo Ludwig exigiu que ele participasse do culto dominical, na igreja luterana da Freguesia de baixo. Após negativa, pai e filha ficaram cerca de um ano sem contato, com ela morando na Freguesia de cima, com seu esposo, e frequentando a igreja católica. Esse rompimento, causado pelo casamento com um católico, só foi atenuado pelo nascimento da primeira filha do casal.

Portanto, se existe uma proibição referente a dois coletivos diferentes, que classificam as pessoas de Salto Grande de acordo com a religião, existem duas categorias de identificação: os católicos e os luteranos. A religião, então, era um instrumento fundamental de distinção e identificação, nas primeiras décadas após o começo da colonização. A fronteira simbólica entre ambos, consolidada na divisão territorial e na proibição (informal) do casamento nos permite concluir isso.

## 4.2 ETNICIDADE EM SALTO GRANDE

Todavia, a religião não é a única categoria de identificação que podemos observar em Ituporanga. Anteriormente, foi citado que os primeiros imigrantes eram descendentes de alemães. Vamos analisar, então, como essa origem é entendida e como se transforma numa categoria de identificação étnica. A nossa primeira tarefa, entretanto, é discutir do que estamos falando ao citar uma categoria “étnica”.

Fredrik Barth (1969) diz que, em linhas gerais, a literatura antropológica define grupo étnico a partir de quatro pontos: Primeiro, uma comunidade que se perpetua biologicamente entre ela mesma; Segundo, divide valores culturais básicos; Terceiro, cria um campo de comunicação e interação; E quarto, há certa identificação do indivíduo com o grupo e um reconhecimento de outros grupos.

Estas definições tendem a considerar o grupo étnico “suporte” de uma cultura. Barth (1969) adiciona duas ideias que mudaram a maneira com a etnicidade, ou os grupos étnicos, são entendidos nas teorias contemporâneas. Primeiro, o foco da definição e delimitação não pela cultura, mas através das fronteiras. Desta maneira, o autor define a identidade étnica como construída através da oposição em relação ao outro. É esta fronteira que caracteriza uma organização social étnica, segundo Barth (1969). A afirmação de uma identidade étnica é a negação de outra. Isto leva diretamente ao segundo ponto. O fato de “possuir”, por assim dizer, uma mesma cultura, não define o grupo étnico. O autor considera isto mais uma consequência do que uma necessidade. Quer dizer, é possível que um grupo étnico mude completamente seus hábitos, valores e crenças, sem que suas características étnicas sofram mudanças semelhantes. Da mesma maneira, é possível que os grupos de referência a partir do qual um grupo étnico estabelece suas fronteiras tenham semelhanças culturais com o próprio grupo, sem que isso signifique que a fronteira étnica que os divide seja menos intensa. Em poucas palavras, talvez seja suficiente dizer que, para Barth (1969), cultura e etnicidade nem sempre andam juntas.

O trabalho clássico a respeito da colonização alemã no sul do Brasil, que tem em Barth (1969) seu principal aporte teórico, é o de Giralda Seyferth. O livro “Nacionalismo e identidade étnica” (SEYFERTH, 1981) é o que melhor condensa as conclusões da autora a respeito deste processo, iniciado na década de 1820, e que teve diversas fases, desde a década de 1820 até as primeiras décadas do século XX. Esse evento deixou marcas que perduram até hoje nas ex-colônias, como Ituporanga. Segundo a autora, a identidade étnica de um grupo teuto-brasileiro (descendente de imigrantes alemães) está diretamente ligada à germanidade ou *deutschtum* (a autora os trata como sinônimos). A autora deixa clara a “elasticidade” do *deutschtum*. Ele pode ser entendido, segundo ela, como o próprio “geist” (espírito, alma) do povo alemão,

sendo, portanto, muito difícil impor-lhe limites. De maneira genérica, podemos dizer, baseados não só em Seyferth, mas também em Frotscher (2000), por exemplo, que os dois principais componentes do *deutschtum* teuto-brasileiro são o uso do idioma alemão na vida privada e a divulgação da “superioridade” do “trabalho alemão”.

Apesar de defender um conceito amplo (portanto, um tanto vago para fins analíticos, como Brubaker fala com relação à “identidade”), que pode ter vários significados, a autora acaba caindo num essencialismo cultural da etnia. Ou seja, ao vincular o *deutschtum* (que nada mais é do que um conjunto de práticas e valores, portanto, necessariamente cultural) e a identidade étnica teuto-brasileira, a autora cai no que Barth (1969) critica: associar a permanência de um grupo étnico com a persistência de uma cultura particular.

Mas Barth (1969) também nos diz que a etnia se afirma em oposição ao que lhe é diferente. Desta maneira, o grupo étnico teuto-brasileiro afirmou e defendeu o seu *deutschtum*, segundo Seyferth (1981), em oposição ao que alguns jornais chamavam de “nativismo”. O “nativismo” é personificado pelos luso-brasileiros, índios e negros. A defesa do *deutschtum* estava baseada na negação destes, aos quais eram atribuídas características como preguiçosos, por exemplo. Outra alegação que a autora encontra em periódicos editados em língua alemã na época é a de que os teuto-brasileiros não poderiam abrir mão do *deutschtum* em favor da nação brasileira, já que segundo eles esta não existe. Quer dizer, o Brasil era um Estado, com seus cidadãos, mas não existiria uma “nação brasileira”. Os nativistas, por outro lado, condenavam os teuto-brasileiros por não aderirem totalmente à nova nação.

A autora nos mostra que essa discussão acontecia principalmente por uma visão diferente de nacionalidade e cidadania. Enquanto para os nativistas, nacionalidade e cidadania andam juntas, e a nacionalidade é adquirida através do jus solis (o direito de nascimento), para os teutos nacionalidade e cidadania são coisas diferentes, e a nacionalidade é herdada, através do jus sanguinis (direito de sangue). Quer dizer, estes periódicos em língua alemã defendem que os alemães são bons cidadãos e trabalham (repare na menção ao trabalho) para o crescimento de sua nova pátria, o Brasil. E, por isso, acham que têm direito de conservar seus costumes

herdados da nação germânica, sem que isso implique qualquer tipo de ligação com o Estado alemão.

Mas as teorias da etnicidade mais recentes nos abrem novas possibilidades para pensar a hipótese da influência de certa “cultura germânica” em Ituporanga. Podemos perceber que, mesmo na literatura inspirada por Barth, como o é a de Seyferth, em certa medida, “o” grupo étnico é tomado como a expressão óbvia da etnicidade. Rogers Brubaker (2002) argumenta a favor de uma tese que vai contra parte do legado deixado por Barth nessa área das ciências sociais. Ele parte da ideia de que cientistas sociais devem evitar o uso comum das palavras, sem a crítica necessária. Neste caso, é perigoso reificar algumas categorias, especialmente “eticidade” (ou etnia) e “grupo étnico”, e assumir a sua existência como um dado óbvio. Com relação ao primeiro termo, o autor pensa que ele não pode ser entendido como uma “coisa” que existe (tal como o é no uso comum), mas sim como um processo, como algo em andamento, estendendo o seu pensamento aos termos “raça” e “nacionalidade”. Brubaker diz que “eles não são coisas no mundo, mas perspectivas no mundo” [tradução nossa] (BRUBAKER, 2002, p.174.). Porque eles só existem como nossas percepções, interpretações, representações, categorizações e identificações.

E isso nos leva diretamente ao segundo ponto. Porque o autor também não aceita a tese, pressuposta por Barth, de que falar de etnicidade seja sinônimo de falar de grupos étnicos. Segundo o autor, não é sua preocupação discutir a definição de “grupo”, mas sim, novamente, buscar dissociar o uso comum da palavra e o termo como categoria de análise. No seu uso comum, o “grupo” é reificado e tomamos a existência destes como postulado, ou, como diria Brubaker, os entendemos como “coisas no mundo”. Mas, como categoria de análise, ele não pode ser posto dessa maneira, segundo o autor. Inclusive, ele sugere que, na pesquisa, seja usado o termo “coletividade” em vez de “grupo” E isto porque a existência de um grupo deve ser tratada não como algo dado, mas como algo que acontece. A coletividade “acontece”, em momentos de alta coesão e intensa solidariedade entre as pessoas, que podem ou não permanecer.

A etnicidade será entendida, nesta pesquisa, como uma maneira de se identificar, que estabelece como limite de pertencimento ao coletivo um tipo de

“origem comum”. Isto pode, é claro, estar relacionado com elementos culturais, mas não há dependência disto. Neste sentido, estaremos de acordo com as propostas de Barth (1969). Porém, discordaremos deste e de Seyferth (1981) quanto à associação entre etnicidade e grupos étnicos (ou etnias). A existência do primeiro não é condicionada pela existência do segundo.

Dito isto, é importante lembrar que as primeiras famílias de “Salto Grande” eram todas descendentes de “alemães”<sup>6</sup>. Segue lista fornecida por Koch & Momm (1985), a respeito de famílias que teriam chegado a Salto Grande num segundo momento, até cerca de 1930:

Famílias que chegaram a Salto Grande entre 1915 e 1930

Adolfo Knabben e Zulina Fernandes	Afonso Zimmermann e Elza Goedert
Afonso Hoffmann e Ermínia Trieweiler	Alfredo Jensen e Irma Erndt
Antônio de S. Pereira e Elisabeth Dirksen	Augusto Momm e Cecília Kuhnen
Antônio Emiliano Sá e Clara Bunn	Antônio Thiesen e Júlia de Oliveira
Carlos Thiesen e Joaquina Michels	Dona Deolinda Santos
Emílio Altenburg e Paulina Marian	Jacó Hoffmann e Maria Kirchner
Jacó Knihs e Bárbara Petry	Jacó Philippi e Isabel Thiesen
João Clasen e Hermínia Sens	João Carlos Thiesen e Cecília Köpp
Jordino Coelho e Gertrudes Thiesen	José Carlos Koch e Maria Momm
José Hoffmann e Maria Winter	José Steffens e Verônica Clasen
Leonel Thiesen e Ana Campos	Leopoldo Goedert e Albertina Bröering
Paulo Guimarães e Olívia Melo	Pedro Loffi e Cecília Momm
Pedro Momm e Cristina Ely	Pedro Meurer e Frida Scheidt
Waldemiro Karsten	Ulrich Muller e Lúcia Hering

Fonte: KOCH & MOMM, 1985, p.17.

<sup>6</sup> Esses “alemães” são assim chamados por terem sobrenomes germânicos, mas a nacionalidade da maioria deles e de seus antepassados é incerta, sendo possível que fizessem parte de países vizinhos (austríacos, poloneses, suíços, etc.).

As famílias que vieram nestes anos eram compostas de uma maioria de descendentes de alemães. Mas já apareciam sobrenomes supostamente “brasileiros”. Portanto, talvez com exceção feita aos primeiros anos, Salto Grande nunca foi habitada apenas por descendentes de alemães. Dos cinquenta e quatro nomes que aparecem na lista, cerca de dez têm sobrenomes aparentemente luso-brasileiros. Todos os outros são, aparentemente, descendentes de alemães. Seyferth afirma que:

O grupo étnico é perfeitamente identificável porque os seus membros mantêm certos limites étnico- representados pela língua e/ou origem alemã e um comportamento que teoricamente seria resultante da fidelidade às tradições alemãs- apesar do relacionamento com pessoas de outras etnias. Os membros do grupo tendem a interagir na maior parte dos setores da vida comunitária. Essa tendência à interação, que constitui a mais importante característica do grupo étnico [...] (SEYFERTH, 1981, p.213)

Aqui a autora pontua dois elementos que nos permitem observar grupos étnicos, de acordo com Barth (1969) e Cohen (1974): os limites interétnicos e a interação em uma mesma comunidade. Neste sentido, não existiu, em nenhum momento de Salto Grande, um fenômeno que pudéssemos caracterizar como grupo étnico. Há alguns indícios que nos permitem concluir isto. O primeiro deles está exposto na tabela citada anteriormente. E não é tanto porque cerca de 20% da lista é composta por sobrenomes luso-brasileiros. Mas o que chama mesmo a atenção é o número de casamentos entre descendentes de alemães e “brasileiros”. Dos vinte e seis casais, seis são interétnicos, ou seja, entre “alemães” e “brasileiros”. Apenas um dos casais não tem conjugues “alemães”. Este elevado número de casamentos interétnicos é muito significativo, porque demonstra que as pessoas das duas origens tem uma tendência à interação mútua. Lembremos, por exemplo, que apesar de luteranos frequentarem escolas católicas, não havia casamentos interreligiosos. Havia, inclusive,

pessoas desta lista que ocupavam posição de destaque na vila. É o caso de Antônio de Souza Pereira, professor da Escola Pública Salto Grande, e que, segundo Koch & Momm (1985), por pouco não foi primeiro prefeito de Ituporanga. João Sens também fez questão de lembrar, mesmo sem ser questionado, durante a entrevista, que Antônio de Souza Pereira foi seu professor, fato do qual diz se orgulhar até hoje. Antônio Emiliano Sá também é lembrado com menções honrosas por Luz & Thiesen (1962), que afirmam que ele desempenhou “várias funções públicas” em Salto Grande.

Seyferth (1981) também dirá que a comunidade teuto-brasileira de Brusque, anterior à Segunda Guerra Mundial, esteve baseada em algumas instituições-chave para a reprodução do *deutschtum*. Entre elas, podemos destacar a escola, a igreja e as instituições recreativas, como clubes de tiro ao alvo, de ginástica, de canto etc.

A igreja é, talvez, a primeira que salte à vista. A igreja católica de Ituporanga, assim como em Brusque, é etnicamente heterogênea. Os “brasileiros” dos primeiros anos de Salto Grande são todos católicos, assim como a maioria dos “alemães”. Apesar disto, há informações de que alguns párocos locais eram descendentes de alemães, e inclusive falavam alemão fluentemente, como Frei Gabriel Zimmer e Frei Arthur Kleba. Contudo, não há motivos para afirmar que a Igreja católica tenha atuado no sentido de contribuir para a reprodução de elementos culturais germânicos. Já a igreja evangélica de confissão luterana do Brasil, pelo contrário, foi responsável por criar a única fração de Ituporanga que podemos definir como “eticamente homogênea”. E isto porque, dos luteranos mais antigos dos quais tivemos conhecimento, todos são alemães ou descendentes de alemães. Visitando o cemitério luterano local, por exemplo, encontramos exclusivamente sobrenomes de origem supostamente germânica. Seyferth (1981) chama atenção que, para a comunidade luterana, manter elementos culturais germânicos é um objetivo intimamente relacionado à fé, o que não se pode dizer da comunidade católica. Nesta direção, só faria algum sentido considerar a existência de grupos étnicos nesta fração da população salto grandense.

Porém, essa possibilidade será refutada, ao menos na maior parte do tempo. Em Brusque, segundo Seyferth (1981), tanto a Igreja católica quanto a luterana mantinham escolas relacionadas às suas paróquias locais. A primeira instrução em

Ituporanga, segundo Luz & Thiesen (1962) foi a catequese, ministrada por padres que prestavam assistência à nascente vila. Em 1919, João Carlos Thiesen veio para lecionar na Escola Pública Salto Grande, mantida pelo governo de Palhoça. Não há menção a quando essa escola teve suas atividades encerradas, mas podemos considerar isto acontecendo em 1933, quando a escola pública perdeu seus alunos para o Grupo Santo Antônio. A única pessoa que encontramos que estudou neste estabelecimento foi João Sens.

Em 1924, segundo Sens (2012), foi criada a Escola Alemã Salto Grande, no Rio Batalha (na época uma comunidade vizinha de Salto Grande, hoje uma localidade rural de Ituporanga). Segundo a mesma autora, esta escola teve seu nome modificado, em 1935, para Escola Evangélica Paroquial, e embora as informações sejam escassas, tudo indica que foi transferida para a Freguesia de baixo, nesta data. Não pudemos achar, contudo, nenhuma pessoa que sequer lembrasse desta escola, e menos ainda que tivesse estudado nela. Ela não durou muito tempo e foi fechada nos anos seguintes por conta da campanha de nacionalização, da qual falaremos em seguida. Em 1933, frei Gabriel Zimmer inaugurou o Grupo Escolar Santo Antônio, mantido pela comunidade. Luz & Thiesen afirmam, que, naquela data, Salto Grande contava com uma escola pública, uma católica e uma luterana. Porém, como dito anteriormente, nenhum dos três luteranos que entrevistamos estudou na escola luterana. Com exceção de João Sens, as pessoas que eram crianças nesta época estudaram no Grupo Escolar Santo Antônio. Mesmo os luteranos Ingelore Porthum e Ingo Strube, residentes na Freguesia de baixo, frequentaram a escola católica. Segundo eles, não encontravam nenhum tipo de preconceito ou discriminação naquele estabelecimento. Em 1948, para atender à crescente demanda, foi inaugurado pelo governo do estado o Grupo Escolar Mont'Alverne, para substituir o Grupo Santo Antônio.

O outro ponto que nos induz a concluir que não podemos falar em grupo étnico alemão, germânico ou teuto-brasileiro em Salto Grande é a não existência de instituições recreativas na comunidade local. Em nenhum dos livros que tratam da cidade, e em nenhuma entrevista, houve notícia de algum clube de tiro ao alvo, de ginástica ou de canto. Na região de Brusque, estes grupos existiam em grande número, segundo Seyferth (1981), até a época da Segunda Guerra Mundial. Neste período, a



maioria destes grupos foi fechado, assim como escolas alemãs (*Deutsche schule*). E isto porque havia um interesse do governo Vargas em assimilar os descendentes de imigrantes, fazendo desaparecer seus traços culturais herdados de seus antepassados. Isto se insere num processo mais amplo, normalmente conhecido como “campanha de nacionalização”, e que visava, grosso modo, fortalecer o nacionalismo brasileiro. Além disso, esse movimento, que rendeu muitas prisões e interdições, foi especialmente problemático com os descendentes de alemães e italianos, haja visto que estes tinham costumes e práticas que remetiam a estes países, á época inimigos do Brasil na guerra. Fomos procurar, então, a existência destas instituições no período anterior a Segunda Guerra. Nada, porém, foi encontrado. Nem nos livros que falam da cidade, nem nas entrevistas. As organizações recreativas que existiam na cidade eram salões de baile, muito diferentes das sociedades de tiro ao alvo e semelhantes, descritas por Seyferth (1981).

Neste sentido, podemos concluir que Salto Grande sempre foi uma comunidade enticamente heterogênea, sem, entretanto, constituir dois ou mais subgrupos etnicamente definidos, apesar da maioria de origem alemã. A única excessão poderia ser a comunidade evangélica, e a falta de casamentos interétnicos nesta. Porém, a coesão não parece ser muito forte entre os luteranos, pois mesmo a Escola Luterana não resistiu muito tempo, e as crianças estudavam na escola católica, que tinha um ambiente mais diversificado etnicamente. Além disso, podemos perceber nos depoimentos dos luteranos locais que as atividades de sua igreja eram muito limitadas a religião, e que mesmo esta não parecia ser tão importante quanto era a fé para os católicos.

Aparentemente, porém, os luteranos valorizam mais do que os católicos os costumes germânicos. Ao analisarmos o uso do idioma alemão na cidade, temos afirmações que nos levam a acreditar nisto. Seidl (2008) demonstra que a alta hierarquia da igreja católica do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, esteve preocupada, com exceção dos jesuítas, em construir uma igreja sem qualificações étnicas, apesar de ter muitos membros “europeus”, incluindo o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, alemão de nascimento. Ele mostra também como, naquele estado, a alta hierarquia católica se preocupou em fomentar a criação de

escolas ligadas ao catolicismo. Na Escola Pública Salto Grande, Hammes (1999) afirma que João Carlos Thiesen, primeiro professor, ministrava as aulas em português. João Sens, que foi aluno de Antônio de Souza Pereira, afirmou que só teve aulas em português na Escola Pública. No Grupo Santo Antônio, segundo todos os entrevistados que lá estudaram (Ingelore Porthum, Ingo Strube, Nelson Sens e Nilo Ludwig) afirmaram que as aulas eram todas em português. Contudo, Koch & Momm afirmam que, em 1934, quando o grupo era dirigido por frei Gabriel, o grupo “Deutsche Heimat” (cuja tradução literal é “pátria alemã”, o que sugere um grupo com orientação ideológica germanista), de Benedito Novo (SC), teria passado um filme sobre agricultura e cantado várias músicas em alemão. Os autores até citaram um verso da canção, da qual um deles se lembrava. Porém, é possível que a alta hierarquia da igreja católica em Santa Catarina pensava da mesma maneira que a do Rio Grande do Sul. D. João Becker, segundo Klug (1998), foi arcebispo de Florianópolis até 1911, e, embora Seidl (2008) não especifique, parece ter sido arcebispo de Porto Alegre depois disso. Em Florianópolis, segundo Klug (1998), ele se preocupou em fomentar as escolas católicas, com o fortalecimento, inclusive, do Colégio Catarinense, e induzindo luteranos que estudavam lá a se converterem ao catolicismo. Além disso, D. João ordenou, por meio de cartas, segundo Klug (1998), que os seus paroquianos colocassem os filhos em escolas paroquiais (como o Grupo Santo Antônio, em Salto Grande). Caso os sucessores de D. João em Florianópolis tenham seguido as políticas do antecessor, temos a explicação do porque o Grupo Santo Antônio, apesar de ter sido criado por um padre “alemão”, tinha o ensino totalmente em português.

Já na escola luterana, é possível que o ensino fosse feito na língua alemã. A única indicação que temos neste sentido é uma foto, reproduzida em Sens (2012), em que há um grupo de crianças, alguns adultos e uma placa dizendo: Deutsche Schule Salto Grande, 1927. “Deutsche Schule” significa “escola alemã”. É possível que, sendo o nome da escola na língua alemã, o idioma usado nas aulas também fosse este. Porém, não há indícios conclusivos a este respeito. Na verdade, há pouquíssimas informações sobre qualquer assunto relativo a esta escola.

Na casa, parece que há um antes e um depois da campanha de nacionalização, do período da Segunda Guerra. Entrevistamos pessoas de diferentes

idades. As únicas que já eram maiores na época da campanha de nacionalização eram Arnaldo Hoepers, nascido em 1915, e em Salto Grande desde 1933, e João Sens, nascido em 1920 e criado na vila. Arnaldo já falava alemão quando veio para Salto Grande e disse que só se falava alemão no local. Ele, porém, falava um dialeto diferente (a maioria das pessoas se expressava em dialetos, é importante lembrar), o “westphalen”, enquanto que na vila se falava o dialeto “plate” (o que foi confirmado por João Sens). Por esse motivo, afirma nunca ter gostado de falar alemão em Salto Grande. Nosso objetivo, porém, não é analisar os diferentes dialetos de origem supostamente “germânica”. Por esse motivo, não abordamos essa questão com maiores detalhes

Por outro lado, nascido em Salto Grande, João afirmou que o dialeto alemão era a língua familiar. Não especificou se toda a família era bilíngue, mas deixou claro que seu pai e sua mãe sabiam falar português. Pararam de falar, porém, na época da Segunda Guerra (1939-1945), pois havia a proibição de falar alemão. Ao casar ele teria perdido a prática do idioma (sua falecida esposa não era descendente de alemães e, portanto, não o conhecia), e, segundo ele mesmo, hoje fala muito pouco.

A geração seguinte, por sua vez, representa um corte importante, ao menos entre os católicos. Nelson Sens e Nilo Ludwig, católicos nascidos na década de 1930, afirmaram coisas parecidas. O primeiro disse que seus pais falavam alemão. Sua mãe, na verdade, sequer sabia falar português, motivo pelo qual teria sido repreendida e obrigada a tomar óleo de rícino durante a campanha de nacionalização<sup>7</sup>. Por ter crescido nessa época, o entrevistado só se lembrava de falar alemão quando muito pequeno. Hoje, não se lembra de muita coisa.

Nilo Ludwig, por sua vez, sequer aprendeu o idioma. Seus pais o falavam, mas achavam importante os filhos falarem português, portanto, só o ensinaram este idioma. Já os luteranos, que eram pequenos durante a campanha de nacionalização são Ingelore Porthum e Ingo Strube. Ambos se lembram da proibição, ouviam falar de problemas relacionados ao uso dos dialetos alemães. Ambos, porém, afirma que continuaram falando-o. A primeira nunca se casou, mas sempre usou o idioma em

---

<sup>7</sup> Essa prática era adotada como forma de tortura, pois causa uma diarreia quase instantânea.

casa, junto da mãe. Ingo ainda fala “um pouco” com a esposa, que também é descendente de alemães. Seus filhos, entretanto, só falam o português.

Mas é notável como os luteranos têm mais interesse em preservar o idioma do que os católicos, que o deixaram de lado com mais facilidade, ao passo que os luteranos insistiram, mesmo passando por anos difíceis, neste sentido, com a campanha de nacionalização. O resultado da campanha de nacionalização é que o alemão inexistiu, hoje, na vida pública, pois, como Nilo Ludwig pontuou, “todos que sabiam foram morrendo”. E, já que a reprodução do idioma foi interrompida (já na geração da década de 1930 entre os católicos; na dos filhos desta geração, entre os luteranos), somente pessoas mais velhas conhecem os dialetos. Mesmo pessoas como Valmor Holetz, luterano nascido no final da década de 1940, nunca tiveram a prática do idioma. O mesmo vale para todos os outros entrevistados.

Como exposto, Seyferth (1981) diz que o idioma alemão e a origem alemã são usados como limites étnicos, que definem o grupo étnico teuto-brasileiro. Já descartamos a existência de um grupo étnico na cidade. Mas isso, lembremos Brubaker (2002), não significa que descartemos a existência de processos étnicos. Mas será que o uso frequente de dialetos “alemães”, nas primeiras décadas de Salto Grande, define a etnicidade? Não concordamos. Isso porque a etnicidade é definida pela origem, que pode ser compreendida quando observamos o contraste estabelecido entre membros e não-membros. Nas entrevistas isso pode ser percebido. Nelson Sens, por exemplo, considerava a sua família alemã. E isto porque, ao falar sobre o episódio em que sua mãe teria disso forçada a tomar óleo, por falar alemão, ele disse não entender por que haviam feito, aquilo, pois “os Stadnick” (família a qual pertenciam as pessoas que atacaram sua mãe) também eram alemães. Quer dizer, ele se incluía nesta categoria.

Orlando Adilson Turnes, um dos entrevistados que não é descendente de alemães, expôs uma visão de alguém que está excluído da categoria étnica. Ele disse que, lá pelos anos 1970, no escritório contábil do qual era proprietário, trabalhava um rapaz negro. Segundo ele, um excelente funcionário. Mas o rapaz teria sido vítima de racismo. O motivo, segundo Orlando Turnes, seria que Ituporanga é “terra de alemão”. Ao caracterizar o rapaz como “negro”, em oposição a suposta maioria “alemã”, essa

história indica uma identificação, por parte de nosso entrevistado, de duas categorias étnicas distintas de sua própria (haja visto que ele não é nem descendente de alemães, nem negro). Essa pequena história nos mostra um dos limites da etnicidade alemã em Ituporanga.

Ingo Strube, por sua vez, ao falar de um antigo companheiro de caçadas pelas matas de Ituporanga, disse que ele era “italiano”, e que, enquanto iam caçando juntos, ele falava alemão e o companheiro falava italiano. Quer dizer, ele fez questão de demarcar a diferença entre ambos, apesar de sua evidente amizade. Esse, aliás, é um excelente exemplo de como o fenômeno étnico existe em Ituporanga. É claro, seria necessário um estudo muito mais amplo, focado apenas neste assunto, para compreender como a etnicidade germânica se relaciona com as outras origens étnicas minoritárias da cidade (como o luso-brasileiro, o afro-descendente, o italiano, o polaco etc.); mas, de maneira geral, é possível afirmar que, embora não haja um grupo coeso, baseado na origem étnica, que impeça a entrada de diferentes, existe uma consciência, por parte dos entrevistados, de sua origem étnica, e uma demarcação de sua diferença com relação às outras origens.

#### 4.3 DE OLHO NO CAMPO: A CAPITAL DA CEBOLA

Se nas primeiras décadas de Ituporanga a identificações religiosa e étnica nortearam a vida comunitária, as mudanças pelas quais a cidade passou, principalmente no plano econômico, criaram uma poderosa categoria de identificação nas últimas décadas. Esta categoria, assim como a narrativa histórica, identifica a cidade. Esta categoria atribuída à cidade é a de “capital nacional da cebola”. Ainda que este rótulo seja amplamente divulgado, não cabe aqui a discussão sobre o que significa morar na “capital da cebola”, ou seja, discutir as lógicas do processo de identificação, mas sim, analisar o processo de construção de uma categoria que identifica a cidade.

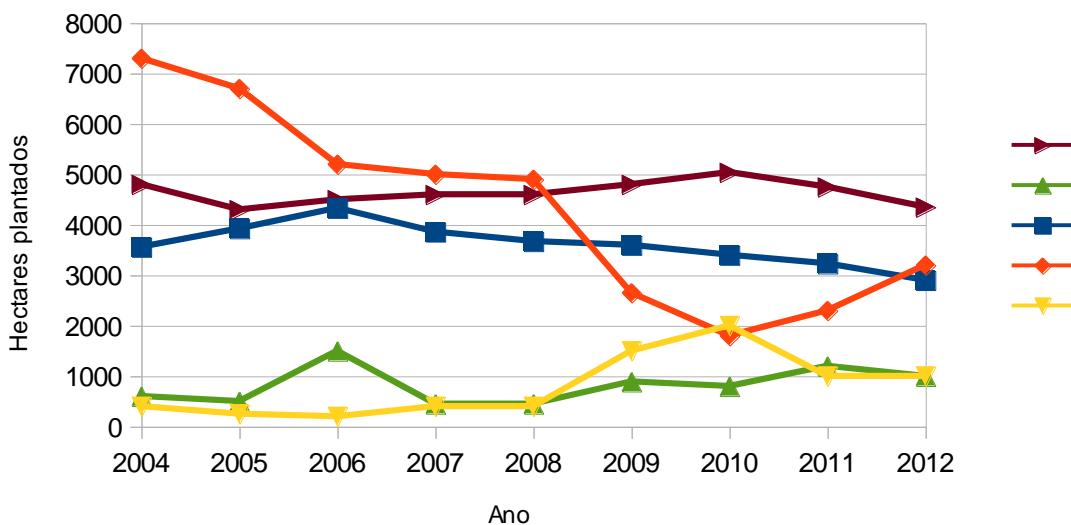
Primeiro, vamos entender como a cebola se insere no contexto econômico da agricultura local. Em 1962, à época da escrita do livro relativo ao cinquentenário de colonização, a cebola era uma cultura marginal. Não há, por exemplo, uma referência sequer à cebola no livro, com exceção de um dado estatístico

sobre o produto dois anos antes, em 1960. A cebola era apenas o 9º produto mais rentável da agricultura ituporanguense. A produção de melancia e abóbora, por exemplo, era maior do que a de cebola, o que parece algo absurdo hoje. A única cultura ao qual é atribuído um destaque (há um texto de uma página e meia) é o fumo, do qual é dito que “Dentro do Estado, o município de Ituporanga é o que tem o plantio de fumo mais desenvolvido” (LUZ & THIESEN, 1962) e que “Isto se deve as suas terras, as mais férteis e preparadas para esse gênero de lavoura” (LUZ & THIESEN, 1962). É difícil obter estatísticas exatas da evolução da produção ao longo do tempo, mas, segundo indicações, e o livro de Sens (2012), podemos pressupor um aumento considerável da produção de cebola entre a metade final dos anos 1960 e os primeiros anos da década de 1970. Segundo a autora, “em função da qualidade dos produtos e dos ótimos preços alcançados, outros comerciantes entraram no negócio.” (SENS, 2012, p.125)

Em 1974, podemos afirmar que houve um aumento significativo na produção, e que a cebola caminhava a passos largos para se tornar o principal produto local, embora ainda não o fosse, naquele momento. Em hectares plantados, a cebola era a quarta colocada, com mil hectares plantados. Veremos, em seguida, que esse número aumenta mais de quatro vezes no século XXI. Porém, temos que notar a ascensão do produto no período de 1960 até 1974, passando de nona cultura, em ordem de importância (o que, num município das dimensões de Ituporanga, significa que o cultivo em larga escala era inexpressivo) para a quarta (o que significa que o plantio, além de vir ascendendo, era uma alternativa econômica real para os pequenos e médios produtores que caracterizam a cadeia produtiva da cebola). Além disso, é possível afirmar que a ascensão da cebola já havia sido observada, e era vista com bons olhos, haja vista que em 1974 foi realizada a primeira Exposição Catarinense de Cebola (EXPOCACE), embrião da atual Festa Nacional da Cebola, de maneira bastante simples, no pátio da igreja matriz católica. Gervásio Maciel afirmou que a Festa da cebola foi criada visando atrair compradores de cebola para a cidade. Quer dizer, podemos concluir que, neste momento, havia a intenção de fortalecer a cadeia econômica gerada pelo cultivo da cebola, para torná-la um produto importante da cidade.

Depois disto, em 1978, a cebola já era tratada como o principal produto da economia ituporanguense, tendo um espaço reservado apenas para discutir assuntos técnicos, relacionados à sua produção, no jornal A Região, lançado naquele ano. Devido a dificuldade na obtenção de estatísticas a respeito da produção agrícola local, mesmo buscando-as nos órgãos envolvidos com a agricultura, só podemos tratar, com elevado grau de precisão, da agricultura local, a partir de 2004, a partir do qual o IBGE disponibiliza dados estatísticas sobre a agricultura de Ituporanga.

## Produção Agrícola de Ituporanga



Fonte dos dados: IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420850&search=santa-catarina|ituporanga>>, acessado em 19/01/2016. Gráfico do autor.

Como podemos ver no gráfico acima, a agricultura da cidade produz principalmente cebola, fumo e milho, e tem soja e feijão na sequência. Há ainda outros produtos com menor produção, como batata inglesa e trigo, por exemplo. Podemos perceber também que o milho, em 2004, tinha muito mais hectares plantados do que a

cebola, mas sofreu uma queda vertiginosa nos anos seguintes, para voltar a crescer apenas em 2011. O fumo, por sua vez, teve uma subida de 2004 até 2006, quando começou a decair lentamente até 2012, último ano analisado. A produção da cebola é notável por um aspecto: a constância no período observado. Ela mudou muito pouco, seja para mais ou para menos, e prova disto é que a maior diferença de hectares plantados nos anos observados é de 740, entre 2005 (4300 hectares) e 2010 (5040) hectares. Mas, apesar dessa liderança da cebola de 2009 para frente, esta não ocorre com larga vantagem. O que pretendemos dizer com tudo isto é que, embora importante, a agricultura ituporanguense, na última década, pelo menos, não se resume à cebola.

Apesar disto, a reportagem “Por que a cebola faz rir em Santa Catarina”, do Diário Catarinense<sup>8</sup>, afirma que, há vinte anos, Ituporanga mantém o status de maior produtor de cebola do Brasil. Além disso, é dito que a cidade “respira, cheira e vive da planta”. O *website*<sup>9</sup> da prefeitura municipal vai além, e afirma que o município fornece 12% da cebola consumida no Brasil, sendo o maior produtor desta, em nível nacional. Não foi encontrada, porém, a fonte desta informação, nem a qual safra específica se refere. Quer dizer, apesar de a agricultura municipal ter outros importantes produtos, a cebola é tida como o produto da economia ituporanguense, por excelência.

O que podemos afirmar é que a produção de cebola cresceu juntamente com a Festa da Cebola. Além da edição de 1974, houve ainda duas edições realizadas no pátio da igreja católica (1976, 1979). Como a festa tomava maiores proporções, segundo Sens (2012), para a realização de sua quarta edição, em 1982, foi construído o Pavilhão de Exposições João Carlos Thiesen, durante a gestão do prefeito Leo Muller.

Mas a prefeitura municipal pretendia expandir ainda mais a festa. Em 1985, durante o governo de Gervásio Maciel, foi construído um novo espaço para a realização do evento. Afastado do centro urbano da cidade, o novo lar da agora Exposição Nacional da Cebola exigiu que a prefeitura municipal contraísse uma dívida

---

<sup>8</sup> Disponível em < [http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC\\_cebola/#abre](http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/DC_cebola/#abre)>, acessado em 19/01/2016.

<sup>9</sup> Disponível em < <http://www.ituporanga.sc.gov.br/cidade/historia.html>>, acessado em 19/01/2016.



proporcionalmente grande, relativa à desapropriação do terreno no qual o novo parque foi construído. Esta deveria ser paga com o lucro da festa. Segundo Gervásio Maciel, o lucro da festa foi cinco vezes maior do que o da prefeitura em um ano inteiro. Também em 1985, foi construída em Ituporanga a Estação Experimental da EMPASC, órgão vinculado ao governo estadual que realiza pesquisas relacionadas a técnicas agropecuárias. Desde 1991, o órgão se chama EPAGRI. Segundo Gervásio Maciel, a criação da Estação Experimental da EMPASC em Ituporanga proporcionou um enorme incentivo à produção em larga escala de cebola, haja vista que o órgão tornou a cidade uma referência no desenvolvimento de novas variedades do produto.

Desde então, o evento mudou de nome algumas vezes, mas sempre foi conhecido como Festa da Cebola. Hoje, atrai muitos turistas de fora do município. Para termos uma dimensão do que o evento significa, a última edição, de 2014, levou cem mil pessoas ao parque onde é realizada a festa, segundo a Rádio Educadora AM<sup>10</sup>, em quatro dias de evento, o que nos dá uma média de vinte e cinco mil pessoas por dia, cerca de duas mil e quinhentas pessoas, ou aproximadamente dez por cento da população do município. Em 2016, será realizada a vigésima segunda edição da festa.

Além da Festa da Cebola, foi criado para Ituporanga o título de Capital da cebola. É importante lembrar, porém, que a categoria de identificação que chamamos de “capital da cebola” assume várias formas diferentes. Ituporanga é ou já foi chamada, por exemplo, de “capital nacional da cebola”, “terra da cebola”, “capital estadual da cebola”. Além disso, foi construída para o município uma espécie de liderança entre algumas cidades vizinhas, que faz com que a região seja conhecida como “microrregião da cebola”, tendo em Ituporanga seu município mais importante, o que sugere uma associação equivalente. Em primeiro lugar, tentamos descobrir na pesquisa quem inventou ou onde surgiu a ideia de chamar a cidade de “Capital da cebola”. Para isso, entrevistamos atores estratégicos na mídia e na política local, os dois principais setores envolvidos na divulgação da categoria. Porém, ninguém soube informar quem criou a categoria. Gervásio Maciel, quando indagado se o título de capital da cebola havia sido criado para promover a festa, ou se ele existia antes desta,

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://www.educadora.am.br/noticia/festa-nacional-da-cebola-atraiu-cerca-de-100-mil-visitantes/>>, acessado em 21/01/2016.

afirmou que ele veio após a criação da festa, para valorizar o evento. Voltaremos a esta questão daqui a pouco. Antes, mostraremos como o título de capital da cebola é divulgado. Os dois principais atores neste sentido são a prefeitura municipal e a mídia municipal. Seria possível argumentar contra essa separação, afirmando que a prefeitura municipal teve diferentes governos, de diferentes partidos, desde os anos 1974, e que a mídia não é uma só, ela é quatro periódicos e uma rádio. Porém, todos os governos municipais trabalharam na mesma direção, independentemente do partido ou de rivalidades políticas, e todas as mídias locais associam Ituporanga à cebola, ainda que umas mais que as outras, como veremos adiante.

No *website*<sup>11</sup> da prefeitura municipal, por exemplo, o título da página que conta a história da cidade é “A Capital Nacional da Cebola”. Além disso, cada placa que dá nome as ruas da cidade tem escrito: “Ituporanga: capital nacional da cebola”.

Fotografia 1



Fotografia 1- Placa indicativa da rua Carlos Thiesen, Ituporanga. Foto do autor, 25/01/2016.

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.ituporanga.sc.gov.br/cidade/historia.html>, acessado em 22/01/2016.

A própria realização da festa pela prefeitura municipal é muito importante para a associação entre a cebola e o município. Uma extensão importante da ideia de capital da cebola é a de microrregião da cebola. Segundo Gervásio Maciel, por atuação de seu governo, no ano de 1985, o governo de Santa Catarina criou a microrregião da cebola, que tem sua sede em Ituporanga, e engloba ainda municípios vizinhos, como Imbuia, Petrolândia, Atalanta, Vidal Ramos, Chapadão do Lageado e Aurora. Quer dizer, a prefeitura municipal, além de ter criado a festa, fundamental para a associação entre a cebola e o município, consolidou uma imagem da cidade como líder com relação aos municípios vizinhos.

Se a prefeitura municipal agiu mais no sentido de criar as condições para a associação entre a cebola e o município, com a realização da Festa da Cebola, a implantação da estação experimental da EMPASC e a criação da microrregião da cebola, a mídia também cumpriu papel fundamental. Talvez tenha sido ela a grande responsável em naturalizar o título de capital da cebola. Quer dizer, ela tem tido uma atuação central no trabalho de atribuir esta categoria de identificação ao município.

O *website*<sup>12</sup> da Rádio Sintonia, principal organização midiática na cidade, começa divulgando a microrregião da cebola e a liderança de Ituporanga: “A Rádio Sintonia 1310 AM, está localizada na cidade de Ituporanga, polo da microrregião da cebola”. A Comarca, mais antigo jornal ainda em circulação na cidade, na edição da segunda metade de fevereiro de 2012<sup>13</sup>, tem como principal manchete o aniversário de sessenta e três anos de emancipação política de Ituporanga. O curioso é que a foto escolhida para ilustrar este acontecimento foi a de dois caminhões carregados de cebola, fazendo o trajeto entre Ituporanga e Rio do Sul. Já as edições que circularam na cidade no ano de 2003<sup>14</sup> tinham, na numeração das páginas, um pequeno desenho de uma cebola, que demonstra uma associação clara entre o jornal ituporanguense e o principal produto de sua agricultura. O jornal Vale Sul afirma, em sua página virtual<sup>15</sup>:

---

<sup>12</sup> Disponível em <<http://www.sintonia.am.br/a-radio.html>>, acessado em 23/01/2016.

<sup>13</sup> Jornal A Comarca. 15 de fevereiro de 2012. Ano 16, Ed. 372. Pg.01

<sup>14</sup> Por exemplo: Jornal A Comarca. Nº 157, 2ª quinzena de fevereiro, 2003.

<sup>15</sup> Disponível em <<http://www.jornalvalesul.com.br/sobre-jvs.html>>, acessado em 23/01/2016.

“O Jornal Vale Sul é o caçula dos periódicos na Capital da Cebola”. Podemos afirmar também que o uso do título de capital da cebola é muito mais frequente na Rádio Sintonia do que nos jornais em circulação no município, embora eles façam a associação de maneiras diferentes (e menos frequentes).

Anteriormente, afirmei que não foi possível encontrar a origem da associação entre a cebola e Ituporanga, sintetizada por nós sob o rótulo de capital da cebola. Essa categoria de identificação, concluímos, é uma “tradição inventada” no município. Usaremos a categoria de análise “tradição” assim como Hobsbawn (1984) a pensa:

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceita; Tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado. (Hobsbawn, 1984, pg. 9)

Se observarmos como a prefeitura e a mídia divulgam o rótulo, fica evidente como a repetição do título de capital da cebola, como homônimo de Ituporanga, faz com que essa associação ganhe contornos de tradição. E isso porque ela não é questionada, é naturalizada. Em outras palavras, ela é uma categoria de identificação que é repetida de maneira quase mecânica.

Outra indicação de que esta categoria de identificação tem características das “tradições inventadas” é a sua contextualização histórica. Embora a pesquisa documental tenha nos indicado que o período de tempo no qual a associação entre a cebola e Ituporanga foi criada (1978-1985), nossos entrevistados, ainda que muito próximos da prefeitura e da mídia, não deram nenhuma pista de como, quando ou onde surgiu esta categoria. Todavia, é difícil não imaginar que ao menos um destes atores não tenha, no mínimo, ouvido falar sobre a origem da capital da cebola. Esse esquecimento (seja intencional ou não) faz com que essa classificação tenha sua origem incerta no tempo. Quer dizer, ele é ligado a um passado indefinido, e é tratado como se fosse obra do acaso. Segundo Hobsbawn (1984), é mais difícil captar a

origem da tradição quando esta é informal, tal como a capital da cebola, que só é documentada a partir de 1985, já consolidada, no jornal A Região.

Hobsbawn (1984) distingue entre dois “modelos” distintos, por assim dizer, de tradições inventadas. Segundo ele, existem tradições que são “criadas” a partir de elementos novos ou recentes, que se transformam facilmente em antigos na mente das pessoas. Também existem as que se utilizam de elementos presentes no passado, remodelando-os, transformando-os, para construir uma nova tradição a partir de elementos antigos. O caso aqui tratado se encaixa na primeira situação. É importante dizer que tudo aconteceu de maneira muito rápida. Em 1974, a cebola era uma alternativa econômica viável, e era realizada uma festa em sua homenagem.

Entre 1974 e 1978, podemos concluir que a produção de cebola se tornou mais importante para a cidade, pois já as primeiras edições do jornal A Região, em 1978, lhe dão muita importância em suas páginas, mas ainda não chamam Ituporanga de capital da cebola. Mais adiante, em 1985, encontramos uma notícia<sup>16</sup> que afirma que o governo estadual assinaria o decreto que daria origem à microrregião da cebola, o que já demonstra haver, a esta altura, uma associação entre a cebola e o município. Para construir essa tradição em um curto espaço de tempo, aproveitou-se de um produto que começava a se tornar importantíssimo para a economia local. Quer dizer, foi usado um elemento que veio à tona poucos anos antes da própria associação.

---

<sup>16</sup> “Microrregião da cebola será criada semana que vem”. Jornal A Região. Edição de 5 de outubro de 1985- nº 334, pg.08.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do projeto de pesquisa, decidimos que procuraríamos investir numa discussão em torno dos processos de construção de discursos de identificação. O recorte empírico escolhido foi a cidade de Ituporanga. O objetivo geral consistiu em compreender o processo de construção de discursos de identificação no município de Ituporanga. Talvez por isto esta pesquisa não ofereça uma grande conclusão, de onde ramificam outras. O que temos aqui, mais propriamente, são algumas ramificações. Quer dizer, pudemos apresentar várias pequenas conclusões ao longo do texto.

Como foi possível perceber, em vários momentos tentamos suavizar nossas conclusões. Isto se deve, em grande parte, às dificuldades da pesquisa. Algumas são relativas à própria temática. E isto porque ela envolve uma série de categorias de análise que, apesar de aparecerem em diversos autores e quase sempre tratadas isoladamente, apareceram intimamente relacionadas na nossa pesquisa. Quer dizer, embora haja muitas pesquisas que tratem de “identidade” na sociologia, por exemplo, dificilmente encontramos esta categoria sendo tratada em relação à “história” ou à “memória”. Uma das poucas exceções é a pesquisa de Voigt (2014), que articula essas categorias, assim como a nossa (embora trate um objeto bastante distinto).

Também é importante lembrar as dificuldades impostas pelo campo. Em primeiro lugar, tudo o que temos sobre Ituporanga, com excessão, em parte, pelo livro do centenário, são relatos escritos por amadores interessados na história da cidade. Em segundo lugar, a cidade é bastante diferente de outras ex-colônias. E isto porque a divulgação das origens da cidade é mínima. Tratamos de vários discursos, mas não há um discurso de identificação realmente “poderoso” na cidade. Isto é, no princípio, estivemos buscando coisas que pareciam nunca ter existido, mesmo que o autor da pesquisa tenha residido na cidade por cerca de uma década. Os principais indícios disto são a escassa divulgação do livro do centenário e a quase inexistência do livro do cinquentenário.

Vale dizer, não é possível afirmar sequer que haja mais exemplares além do que chegou ao nosso alcance. Ou seja, Ituporanga passa a impressão de ser uma cidade

que não valoriza o seu passado, com excessão de esporádicas ações da prefeitura municipal e da mídia. Trata-se de algo muito diferente, por exemplo, de estudar cidades como Pomerode, que consolidou com maestria o título de “cidade mais alemã do Brasil”, que remete a sua origem, ou Blumenau, que com o discurso étnico de sua origem, faz uma festa que atrai turistas do mundo inteiro. Podemos lembrar, também, que há “Casa da Cultura” no município, e até o “Museu Edevaldo Cyro Thiesen”. Porém, as ações da primeira, são, basicamente, uma biblioteca sem bibliotecária (o empréstimo do livro do centenário, por parte do autor, venceu há meses, e ninguém o procurou para exigir explicações), e aulas de atividades como música, língua estrangeira e dança.

O ponto aqui não é menosprezar as atividades, mas mostrar que lá não é desenvolvida nenhuma atividade que remeta a Ituporanga. O museu, então, sequer podemos visitar. E isto porque não há funcionário que trabalhe lá (ele é administrado, em tese, pela prefeitura municipal) e permaneceu fechado durante todo o ano de 2015. O que conseguimos, então, foi consultar algumas fontes sobre a história da cidade, considerando os limites de um trabalho de conclusão de curso. Segundo as narrativas que analisamos, temos algumas pequenas conclusões.

Todos os livros que tratam, direta ou indiretamente, do passado da cidade, foram escritos por católicos. Apesar dos evangélicos luteranos, a outra religião da cidade, segundo todas as versões da história, terem espaço para contar sua trajetória na cidade, fica evidente a maior importância atribuída à igreja católica;

As pessoas que escreveram sobre Ituporanga tem descendência, ao menos parcial, de imigrantes “alemães”. A versão hegemônica sobre a origem de Ituporanga, porém, não caracteriza os fundadores da cidade como “alemães” ou “imigrantes” em nenhuma linha. Apenas uma versão pouco difundida, de autoria de João Sens, retrata a saga da imigração da Europa para o Brasil;

A principal categoria de identificação na narrativa de Edevaldo Cyro Thiesen (que é a primeira e quase que a única difundida) é a de “colono”. Essa faz a distinção entre o colono, que é “civilizado”, promove o “progresso”, faz a colonização “ordenada”, e o índio, que é “selvagem”, “imprevisível”. É importante lembrar que o “colono” é uma categoria bastante ampla, que se refere a luso-brasileiros, alemães,



italianos, católicos, luteranos, negros etc. Neste sentido, o pioneiro é um título atribuído a colonos específicos, supostamente os primeiros a fazerem determinada ação. Estes detém um status elevado dentro da comunidade;

A partir de 1918, quando chegou o primeiro evangélico luterano a Rio Abaixo, teve início um processo de suposta divisão territorial da vila entre estes e os católicos. Apesar da convivência entre as duas comunidades religiosas não encontrar tensões acentuadas, o casamento entre ambas era “proibido”, o que indica que havia duas comunidades religiosas relativamente fechadas;

O idioma alemão (ou dialetos deste) eram, aparentemente, muito falados em Salto Grande antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Havia, inclusive, algumas mulheres que não falavam português. Os efeitos deste evento e da “campanha de nacionalização” realizada pelo governo Vargas (1930-1945) fizeram com que alguns católicos locais deixassem de ensinar a língua para a geração que crescia naquela época, se concentrando apenas no português. Alguns filhos mais velhos, nascidos antes da década de 1930, tiveram educação bilíngue. Entre os luteranos, o alemão foi deixado de lado, mas, aparentemente, mais tarde. Os nossos entrevistados que fazem parte da geração que nasceu pouco antes ou durante a Segunda Guerra Mundial era bilíngues. Seus filhos, porém, perderam a prática. Com exceção de uma escola vinculada à Igreja evangélica (sobre a qual não podemos afirmar nada), nenhuma escola teve aulas ministradas em alemão.

A língua é importante como elemento de distinção entre “alemães” e “não-alemães”. A distinção étnica, que não aparece na narrativa histórica de Edevaldo Cyro Thiesen, aparece nas narrativas sobre o passado de nossos entrevistados. Mesmo que de maneira sutil, tivemos indicações de distinções entre “alemães”, “brasileiros” e “italianos”. Portanto existe, nas memórias dos entrevistados, uma referência ligada a etnicidade. Todavia, não detectamos um espaço de interação (que existiria em torno de instituições como a escola e associações recreativas, no caso dos alemães) entre os membros de cada categoria, o que nos fez induz a considerar que a noção de “grupo étnico” não se aplica a caso examinado.

Na década de 1970, a cebola ganhou espaço de destaque na produção agrícola de Ituporanga. Não só a produção, como toda a cadeia produtiva da cebola

(como compradores) se consolidaram após a Festa da Cebola, que teve sua primeira edição em 1974. Em 1985, a criação da Microrregião da Cebola, por parte do governo de Santa Catarina, fortalece a associação entre Ituporanga e seu principal produto agrícola. Com essas bases, surgiu o título de “capital da cebola”, categoria de identificação mais destacada da cidade em nossos dias.

Este título, inclusive, parece ter contornos de uma tradição inventada. E isto porque a sua repetição é exaustiva, tomado como sinônimo de Ituporanga. Além disso, a origem do título nos indica esta direção, pois nossos entrevistados sequer se lembram do período em que rótulo “capital da cebola” foi popularizado. Quer dizer, a sua existência, tomando as entrevistas como parâmetro, aparece como obra do acaso. Porém, partimos do pressuposto de que categorias como esta são construídas socialmente. Por este motivo, acreditamos que esta maneira de situar (ou não situar) historicamente a categoria é comum às tradições.

É possível, portanto, que existam outras fontes, dos quais não tomamos conhecimento. Como uma primeira incursão do autor nesta relação, tão subestimada na sociologia, entre memórias, identificações e discursos, pudemos ter uma noção de como essas categorias podem ser articuladas para compreender os coletivos. Esperamos, no futuro, poder contribuir mais para neste sentido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict: **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
- BEAUD, Stéphane, WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.
- BOEING, Nilson José (org.). **Homenagem a Ituporanga**. Blumenau: Nova Letra, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRUBAKER, Rogers. **Ethnicity without groups**. Arch. europ. sociol., XLIII, 2002.
- BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. **Beyond “identity”**. Theory and society 9: 1-47, 2000.
- COHEN, Abner. The Lessons of ethnicity. In: COHEN, Abner (org.) **Urban Ethnicity**. London: Tavistok, 1974.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso- Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.
- HAMMES, Antonio Ervino. **João Carlos Thiesen: sua família, sua história**. Florianópolis: [s.n.], 1999.
- HOBBSAWN, Eric. Introdução. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KLUG, João. **Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos**. Revista da Ciências Humanas, v. 16, n.24, p. 111-127. Florianópolis, out. de 1998.
- KOCH, Dorvalino; MOMM, João. **Famílias pioneiras de Salto Grande**. Joinville: Impressora Ipiranga, 1985.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LUZ, Waldemar; THIESEN, Edevaldo Cyro. **Cinquentenário da colonização de Ituporanga**. [s.n.], 1962.
- LUZ, Waldemar; SENS, Nelson (org.). **Publicação comemorativa de Natal de 1974: Ituporanga, Santa Catarina**. Ituporanga: Tipografia de Nelson Sens, 1974
- PINTO, Louis. “Experiência vivida e exigência científica de objetividade”. In: MERLLIÉ, Dominique et. al. **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SEIDL, Ernesto. **Escola, religião e comunidade: elementos para a compreensão do catolicismo imigrante**. Pensamento plural [03], p. 77-104. Pelotas, Julho/Dezembro de 2008.

SENS, Aracy dos Santos. **Ituporanga 100 anos de história 1912-2012**. Rio do Sul: Nova Era, 2012.

SENS, João Nicolau. **Família Sens: uma história para se contar**. Florianópolis: [s.n.], 2005.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

VOIGT, Lucas. **O dever e os sentidos das memórias de descendentes de alemães do Alto Vale do Itajaí (SC)**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais. Florianópolis (SC), 2014.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2004.

## ENTREVISTAS

HOEPERS, Arnaldo. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 03/04/2015.

HOLETZ, Valmor. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 13/06/2015.

LUDWIG, Nilo Evaldo. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 24/03/2015.

MACHADO, Edio Carlos. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 06/08/2015.

MACIEL, Gervásio José. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 21/11/2014.

PORTHUM, Ingelore. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 27/04/2015.

SENS, Aracy dos Santos. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 18/08/2015.

SENS, João Nicolau. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 14/05/2015.

SENS, José Fernando. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi**. Ituporanga, 17/07/2015.

SENS, Nelson. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi.** Ituporanga, 19/03/2015.

STRUBE, Ingo. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi.** Ituporanga, 08/05/2015.

TURNES, Orlando Adilson. **Entrevista concedida a Eduardo Luiz Formagi.** Ituporanga, 24/07/2015.